

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGROECOLOGIA

OS MÚLTIPLOS SABERES DO COLONO ÍTALO-BRASILEIRO DA
ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

DIOGO GUERRA

Professor-Tutor: Dr. Sergio Schneider

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Desenvolvimento Rural e Agroecologia.

Porto Alegre, novembro de 2001

AGRADECIMENTOS

Nesta empreitada, inúmeras pessoas contribuíram para que *os múltiplos saberes do colono ítalo-brasileiro da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul* ganhassem vida e espero, perenidade.

Gratidão:

À EMATER/RS-ASCAR, que me propiciou esta ímpar oportunidade de retornar aos bancos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

Ao estimado mestre, Prof. Dr. Sergio Schneider, pela constante interação no curso e como tutor da monografia. Seu entusiasmo e sua competência são referenciais na minha caminhada como extensionista e educador.

Aos professores de todas as disciplinas e à equipe de secretárias do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, pelo companheirismo, dedicação, disponibilidade e amizade;

À equipe do Escritório Regional da EMATER de Caxias do Sul, laboratório de questionamento e escola reflexora do mundo do meio rural;

À minha colega Leda Elisabete Regla, mestra na arte das letras, secretária do Escritório Municipal da EMATER de Carlos Barbosa, futura e promissora advogada, que me ensinou a construir o caminho doloroso e fascinante da melhor letra e da melhor frase. A ela coube a digitação e a reconstrução de estradas que os colonos trilharam. Pode-se dizer que a conjugação dos neurônios produziu um texto e por que não dizer, um quase romance;

À minha família, que oriunda do meio colonial, aliou a rusticidade à simplicidade e com o passar dos anos e das décadas, somou a sensibilidade a tudo isso. À Ana Maria Guerra

Martin Biancho, Nina, simbolizando o mundo fantástico daquelas pessoas que, sem nunca ter saído da sua terra, abre a janela para o mundo;

Ao meu inseparável anjo da guarda, Marlene Maria Sganderla, pelo diuturno apoio;

Ao meu filho Rodrigo Falcão Guerra, para que acredite ser o conhecimento a maior preciosidade do ser humano;

Aos componentes do Departamento de Pessoal (Recursos Humanos) do Grupo Tramontina, com sede em Carlos Barbosa, Sra. Clarisa Turcatti Trombini, Sra. Lúcia Fiorot Noal e o funcionário ora aposentado Dr. Darci Cauduro (pioneiro no setor), incansáveis e pacientes, que edificaram esta obra;

Ao Dr. Ruy José Scmazzon, Diretor Conselheiro do Grupo Tramontina, um exemplo de obstinação, determinação, clareza e objetividade, de fina aparência, educado no trato com as pessoas e que, com a resistência do aço, humildemente, construiu um império;

Ao Frei Rovílio Costa, um discípulo de São Francisco de Assis do século XXI e meu guru para assuntos da imigração italiana, pelo texto “O italiano – o homem da pluriatividade”, pela vasta obra literária produzida como historiador e editor. Do silêncio dos porões, fez emergir palavras;

À Professora Loraine Slomp Giron, da Universidade de Caxias do Sul, que falou, escreveu e pesquisou a saga da mulher trabalhadora rural cuja existência digna e cidadania lhe foi negada em nome da religiosidade e da preservação da família;

Ao Engenheiro Civil Sr. Tarcísio Michelin, idealizador do Projeto Cultural Caminhos de Pedra, multiplicador de esperanças, concretizador de sonhos, que abandonou uma profissão para interagir com os colonos;

Aos colegas do Escritório Municipal da EMATER de Carlos Barbosa, facilitadores na elaboração do trabalho;

A todos os atores anônimos, protagonistas da história, pela oportunidade de vasculhar suas vidas, suas esperanças, seus temores, que abriram a porta de suas casas para contar seus relatos de vida, que despidas e despojadas, não sonegaram palavras. A experiência de vida do nono, convivendo na família com todas as faixas etárias, foi um raio luminoso, um flash de

uma fotografia que em 126 anos se transmuta, mudando somente a vestimenta e a modernidade do retrato;

Aos colegas do curso, que pela amazônica vontade, superaram as adversidades e despiram-se do “eu” para buscar o “nós”, mostrando que em tempos de individualismo e egoísmo, a solidariedade e a cooperação se impuseram.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9
1 MODO DE VIDA CAMPONÊS NA ITÁLIA	10
1.1 Um País Dividido	10
1.2 Como os Italianos Viviam nas Aldeias.....	10
1.3 As Doenças.....	11
1.4 A Discriminação e a Ausência de Perspectivas	11
1.5 Emigrar é a Única Solução.....	12
2 FORMAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL	13
2.1 Rio Grande do Sul: de Portas Abertas ao Imigrante.....	13
2.2 Como foi a Ocupação do Território	14
2.3 Modo de Vida Camponês nas Novas Terras.....	15
2.4 Como Era a Agricultura.....	15
2.5 Arquitetura Singular	16
2.6 Polenta, Queijo e Vinho	17
2.7 A Língua, o Núcleo Colonial e a Escola	17
2.8 Família, Lazer, Elementos Sócio-culturais e Econômicos	18
2.9 O Início do Apostolado.....	21
2.10 Produção, Comercialização e Beneficiamento.....	21
2.11 A Divisão do Trabalho e o Patriarcado	22
2.12 Os Elementos de Transformação.....	23
2.13 O Surgimento do Cooperativismo na Encosta Superior do Nordeste	25
2.14 A Migração Interna	26
2.15 Do Artesanato para a Manufatura	26
2.16 A Diversidade da Produção Agrícola	28
2.18 A Escola e o Caminhão Chegam à Capela	29
3 AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR – O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL	31
3.1 A Extensão Rural e o Crédito Agrícola	31
3.2 O Sindicalismo	32
3.3 A Crise dos Sistemas de Produção	32
3.4 O Abandono da Profissão de Colono	34
3.5 A Influência da Cidade no Mundo do Colono	35
3.6 A Reprodução Social	35

4	NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	37
4.1	As Integrações	37
4.2	A Tradição Leiteira.....	38
4.3	Os Anos Áureos da Batata.....	39
4.4	A Tradição no Turismo.....	39
4.5	A Abertura da Rodovia São Vendelino	40
4.6	O Papel da Mulher na Agricultura Familiar	41
4.7	O Preço do Conforto	43
4.8	Da Crise Nascem Alternativas de Reprodução da Agricultura Familiar.....	44
4.9	O Capital Social e o Desenvolvimento Local.....	45
4.10	Possibilidades de Mudança.....	47
4.11	A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução da Agricultura Familiar	48
5	CAMINHOS DE PEDRA E GRUPO TRAMONTINA: A VIVÊNCIA DA PLURIATIVIDADE.....	50
5.1	Conceito de Turismo	50
5.1.1	Histórico	51
5.1.2	Turismo na Região.....	51
5.1.3	Turismo Rural: uma Alternativa Econômica na Velha Colônia.....	52
5.1.4	Perspectivas para o Turismo Rural e o Desenvolvimento Local.....	54
5.2	Transposição de Cultura.....	55
5.2.1	Caminhos de Pedra	55
5.2.1.1	Histórico	55
5.2.1.2	Da Idéia à Implementação.....	56
5.2.1.3	Organização do Projeto.....	58
5.3	Resgate da Identidade do Colono	59
5.3.1	A Visão dos Colonos Empreendedores.....	60
5.4	A Harmonização com a Natureza.....	64
5.5	Grupo Tramontina – Cronologia.....	65
5.6	Síntese Histórica de São Rafael e Cinco Baixo	67
5.7	Cronologia dos Sistemas de Produção	70
5.8	Mudança Comportamental nas Comunidades.....	71
5.9	A Consolidação da Pluriatividade.....	73
5.10	A Pluriatividade na Visão do Grupo Tramontina	74
	CONCLUSÃO.....	76
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
	ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

Este trabalho denominado “Os múltiplos saberes do colono ítalo-brasileiro da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul” está centrado no seguinte tema: o legado dos imigrantes, a agricultura familiar e a pluriatividade na região colonial italiana do RS.

O espaço territorial do estudo é o núcleo colonial de Conde d’Eu (Garibaldi) e o distrito posteriormente emancipado ora município de Carlos Barbosa. Entretanto, transcendeu os limites territoriais, tendo uma dimensão que extrapola as fronteiras do país. Aborda a antropologia das aldeias italianas para compreender e interpretar o processo imigratório no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

O objetivo geral da monografia concentra-se na análise da pluriatividade como possibilidade concreta de reprodução da unidade familiar de produção. Especificamente, objetiva investigar o acréscimo de renda das famílias pluriativas e o nível de satisfação das pessoas envolvidas; conhecer o cotidiano das pessoas, das famílias e sua participação na propriedade e comunidade; interpretar a visão dos empresários e das instituições sobre o papel do colono pluriativo.

Escrevendo a história de vida e vasculhando a memória oral da região, há 27 anos, despertou em mim a curiosidade de radiografar a fascinante história que foram as imigrações no estado. Num passado muito recente, depois de pesquisar em arquivos públicos, fiquei instigado ao constatar que boa parte dos colonos imigrantes identificava-se com múltiplos ofícios, além de colono. Mais um motivo para focar o tema.

O Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural, nas disciplinas Teoria Social e Desenvolvimento Agrário I e II, sob a responsabilidade do Professor Dr. Sergio Schneider despertou em mim o anseio de compreender o longo processo histórico dos colonos ítalo-brasileiros na perspectiva empírico-científica.

Para a consecução da obra foi empregada a seguinte metodologia: preliminarmente, uma leitura do tema proposto com a participação dos professores Sérgio Schneider, Rovílio Costa, Arlindo I. Battistel, Luís A. De Boni e Loraine Slomp Giron. Posteriormente, a leitura de vasta literatura abordando questões vinculadas ao tema, buscando confrontações. Some-se a esses dois momentos, a longa trajetória como escritor e pesquisador do estudo em foco. Na etapa final, entrevistas com os colonos, líderes comunitários, empresários e instituições voltadas ao setor, numa pesquisa por amostragem semi-estruturada.

APRESENTAÇÃO

Os múltiplos saberes do colono ítalo-brasileiro da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul divide-se em cinco capítulos. O primeiro aborda o modo de vida camponês na Itália, as imensas dificuldades vividas pelos camponeses e suas famílias nas aldeias e a imigração como alento e esperança de dias melhores.

O segundo capítulo conta a formação histórica no Brasil e no Rio Grande do Sul, descrevendo aspectos de ordem familiar, religiosa, cultural, social, econômica e política.

Depois de aproximadamente 70 anos na nova terra, o terceiro capítulo versa sobre as transformações da agricultura familiar e o processo de diferenciação social, quando os núcleos coloniais adquirem visibilidade para o mundo.

O quarto capítulo contempla as novas estratégias de reprodução da agricultura familiar cujo nascedouro são as crises da unidade familiar de produção, onde a pluriatividade e o turismo rural despontam como alternativa.

O quinto capítulo apresenta a vivência da pluriatividade no Grupo Tramontina, em Carlos Barbosa-RS e no Projeto Cultural Caminhos de Pedra, Colônia São Pedro, Bento Gonçalves-RS.

1 MODO DE VIDA CAMPONÊS NA ITÁLIA

1.1 Um País Dividido

A unificação italiana foi um processo que culminou em 1861 com a participação de Giuseppe Garibaldi e Giuseppe Mazzini. Nesta batalha as cicatrizes foram profundas. Exemplo disso foi a Sicília que era chamada de terra dos nobres onde havia 142 príncipes, 688 marqueses, 1500 duques e barões somados. Viviam no luxo, na prepotência e arrogância. Das 360 vilas da Sicília, 280 viviam em regime de senhoria feudal, conforme Villa (2000).

Em suas terras, o barão comportava-se como um soberano absoluto. Dois terços da população nem mesmo conheciam o pão de trigo que era para os ricos. Calabreses, ligures, toscanos, vênetsos, trentinos e sicilianos não só falavam línguas diversas mas também tinham culturas diferentes, uma história própria, costumes e mentalidades originais. Com a unificação, era necessário integrar as várias culturas que pudessem superar as várias diferenças, culminando com uma consciência nacional. Mas isso na prática não aconteceu, pois as elites quiseram impor uma língua única – o italiano – todavia, os dialetos prevaleceram. Em síntese, a unificação não provocou na massa de milhões de deserdados qualquer melhoria na qualidade de vida.

1.2 Como os Italianos Viviam nas Aldeias

Eles habitavam casas insalubres, construídas com pedras e tijolos. Para amenizar o frio durante o longo e impiedoso inverno, os camponeses se abrigavam nos estábulos em companhia dos animais. Nesse local ocorria o filó. A palavra filó significava, na Itália, o conjunto de trabalho manuais que podiam ser executados em casa, no período de inverno. As mulheres costuravam, tricotavam, bordavam e fiavam o linho, praticamente a única

indumentária que vestia toda a família. Os homens faziam trabalhos artesanais e também fiavam. Nesses encontros, eles cantavam, rezavam, namoravam e contavam histórias. Como a lenha era escassa, os vizinhos se encontravam no estábulo de um deles, cada um levando achas de lenha para se aquecer num fogo solidário. Próximo à meia-noite, deixavam o estábulo e se dirigiam para casa.

O único calçado existente era o tamanco. Para poupar a sola, afixavam latas ou pedaços de zinco com pequenos pregos. Costumavam tomar dois banhos por ano. Uma vez no verão e outra na entrada do inverno. As roupas eram trocadas, geralmente, uma vez na primavera e outra no outono. As mulheres vestiam-se até o calcanhar e essa roupa as acompanhava durante os trabalhos domésticos e do campo, sendo um depósito de toda a sorte de sujeira.

1.3 As Doenças

Vivendo num meio pouco hígido, toda a sorte de doenças acometia os camponeses. As principais doenças eram nutricionais, provocadas por carências alimentares. O maior flagelo era a pelagra, com uma tríplice sintomatologia: cutânea, gastrointestinal e nervosa. Sua causa foi atribuída ao consumo da polenta que provocaria distúrbios metabólicos no organismo dos camponeses. A cólera, em decorrência das péssimas condições de higiene dos camponeses, era uma doença endêmica. Outra doença que provocava uma dolorosa coceira era denominada de ronha, onde a pele ficava com manchas pretas. A tuberculose, a malária e o bócio estavam sempre presentes na vida dos camponeses. A tuberculose grassava em todas as idades. O bócio tinha como causa a carência de sal. Os partos levavam à morte. As crianças nasciam frágeis e grande parte delas morria nos primeiros meses de vida, de causas variadas, entre elas o grupe (difteria), a pneumonia, diarréias e tifo. Para as mulheres mais robustas, a sorte era diferente. Elas abandonavam as aldeias nas montanhas e iam servir de amas-de-leite nas famílias abastadas.

1.4 A Discriminação e a Ausência de Perspectivas

Como os agricultores não tinham dinheiro, faziam o escambo com o comerciante. O ovo era a moeda de troca. Se o ovo pesasse bastante, fosse grande, havia a permuta pelo sal.

Caso contrário, era levado de volta para casa a fim de ser dividido em alimento para quatro pessoas. O patriarcado preponderava. A discriminação contra as mulheres existia em todos os lugares, a começar pela mesa, onde somente os homens sentavam. Cabia à mulher preparar as refeições. Na mesa, os nonos serviam os homens e as nonas serviam as mulheres que ficavam ao redor do fogão ou sentadas nas escadas. Era assim a sua refeição.

As crianças desde cedo ajudavam os pais, a escola ficava muito distante das aldeias e os professores tinham conhecimento limitadíssimo. Reproduziam o mundo cruel, desumano e injusto de um sistema social perverso, impossível de ser alterado, pela inexistência de perspectivas de mudança. A evasão escolar era altíssima. A igreja assistia a tudo passivamente.

1.5 Emigrar é a Única Solução

Neste quadro de desencanto e desesperança não resta outra saída a não ser emigrar para fugir do despotismo, da miséria, de um Estado indiferente e de profundas desigualdades sociais, da falta de terras, da alta densidade demográfica e das doenças. A América desponta como um eldorado. Para os camponeses analfabetos essa América é um lugar distante, incompreensível, desconhecida, mas ambicionada.

Nas aldeias italianas a campanha dos agentes recrutadores, divulgando as maravilhas do Brasil, ecoava nos vales e planícies. Para aqueles diaristas que, em 30 anos, tiveram um aumento de apenas 2% em seus salários, qualquer proposta fascinava. As pessoas estão em estado deplorável, não agüentam mais. A pequena propriedade rural não é mais capaz de assegurar a subsistência; as parcerias agrícolas tornam-se impossíveis. As imposições fiscais são ferozes. Não se vivia mais. A fome torna-se endêmica. O ódio pela pátria-mãe que renegou seus filhos é expresso em versos raivosos: “Viva a América/Morte aos patrões.” E os poetas populares versejam:

<i>Nel Brasile non si sono padrone</i>	No Brasil nós não somos patrões,
<i>Ognuno che é padrone de sé</i>	Cada um é patrão de si.
<i>In sua casa il colono commanda</i>	Em sua casa o colono manda.
<i>E si stima ugualmente un ré.</i>	Ele se assemelha igualmente a um rei.

2 FORMAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL

2.1 Rio Grande do Sul: de Portas Abertas ao Imigrante

O estado teve uma ocupação tardia, comparativamente ao nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1809 havia somente quatro municípios: Rio Pardo, Rio Grande, Porto Alegre e Santo Antonio da Patrulha. Imensos latifúndios exploravam uma pecuária extensiva, em decorrência da concessão das sesmarias. O estado resumia-se tão somente ao fabrico do charque e criação de gado.

Em 1875 o governo imperial decidiu continuar a colonização, possivelmente motivado pelo sucesso da imigração alemã, iniciada em 1824, em São Leopoldo. O império promoveu o povoamento de Conde d'Eu (Garibaldi) Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul) na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul, quando chegaram os primeiros imigrantes em 20 de maio e 24 de dezembro de 1875. E a quarta colônia – Silveira Martins – em 1877.

Enquanto os imigrantes alemães receberam as terras gratuitamente, os imigrantes italianos, vítimas da Lei de Terras de 1850, foram obrigados a pagar por elas. Cabe salientar que, Carlos Barbosa, na época pertencente à colônia Conde d'Eu, objeto deste trabalho, foi pioneira na imigração polonesa e suíça em 1875.

A empresa Caetano Pinto recebeu do governo imperial a missão de colonizar essa faixa de terras devolutas. Os imigrantes desembarcavam no Rio de Janeiro ou Santos, faziam o percurso até Rio Grande e pela Lagoa dos Patos chegavam a Porto Alegre. Por via fluvial, com barcos a vapor, atingiam a localidade de Montenegro e São Sebastião do Caí. Os imigrantes que ocupariam as colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel tinham como percurso a recém aberta estrada Buarque de Macedo. Os que subiam para a colônia Caxias, a partir de São Sebastião do Caí, caminhavam pela estrada Visconde do Rio Branco. Júlio Lorenzoni, um

imigrante pioneiro, um dos poucos que sabiam escrever, relata que no trajeto de Montenegro à colônia Dona Isabel não se via o sol e descreve, fascinado, a presença da araucária como um mar de pinheiros. A faixa etária predominante era de 35 a 45 anos, com uma média de 2 a 3 filhos. A maioria era analfabeta.

De 1875 a 1914 o Rio Grande do Sul recebeu 80.000 famílias de imigrantes expulsas, sobretudo, da Lombardia, do Vêneto e do Tirol. O Rio Grande do Sul representava transformar o sonho em realidade, a possibilidade concreta de ter um pedaço de terra, enquanto que, para aqueles cuja opção foi a lavoura cafeeira paulista, somente mudou a língua do padrão.

2.2 Como foi a Ocupação do Território

A lei imperial de janeiro de 1854 ordenara a demarcação dos lotes coloniais. As medidas básicas das colônias eram a légua, o travessão e o lote rural. A légua era um quadrilátero de 5.500 metros de lado, cortado no sentido longitudinal, possuindo em média 132 lotes. As linhas tinham uma extensão de 5 a 6 quilômetros. As linhas eram também denominadas de travessões ou picadas. Habitualmente, 32 lotes ou colônias eram demarcados, à direita ou à esquerda dos travessões. Em forma de retângulo, os lotes possuíam 200 a 250 metros de frente por 1.000 ou 1.200 metros de fundo. Eram cobertos total ou parcialmente pelas matas. Como os colonos eram pobres, as colônias, geralmente, não ultrapassavam os 30 hectares o que corresponde às dimensões de um lote comum. As colônias não eram uniformes quanto à fertilidade e à água. Os lotes valiam mais ou menos de acordo com a quantidade de água existente, a fertilidade e o relevo. O lote era a unidade de base da economia familiar colonial. Era lá que tudo acontecia e que o utópico sonho do enriquecimento ganhava cores e formas. Os colonos tinham o prazo de 5 anos para pagar seus lotes. A única ajuda que subsistiu e que muito ajudou os colonos foi o trabalho remunerado, 15 dias por mês, para abertura das estradas que atingiriam os lotes coloniais. Quando os imigrantes italianos chegaram à serra, os povos caçadores e coletores da língua jê – os bugres – já haviam abandonado o local.

2.3 Modo de Vida Camponês nas Novas Terras

Os imigrantes construía suas casas à beira da linha, nos dois lados da estrada. Assim, ao longo da linha, as casas se sucediam, alinhadas paralelamente umas às outras, o que evitava o perigo do isolamento. Os fundos do lote de uma linha tinham como limite os fundos do lote da linha paralela. Entre uma linha e outra (no sentido paralelo) a distância era de aproximadamente 2 quilômetros, podendo chegar a 2,5 quilômetros.

A linha determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento. A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria linha que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social. De início, a mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras linhas. As promessas do governo imperial e provincial de proporcionar um processo de colonização foram parcialmente cumpridas. A triste realidade foi que os imigrantes foram jogados em meio à mata, à mercê da própria sorte. A solidariedade, a catolicidade, a fé, o trabalho e o “*sparagnar*” (poupar) foram o rosário de todos os dias na vida dos imigrantes.

O padre capuchinho Bernardin Apremont, estabelecido em Conde d’Eu, em carta endereçada a seus superiores na França, assim se refere:

“O colono precisa de muita coragem, no início. Sozinho, no meio da mata, tem que construir, com seus braços, uma cabana e providenciar, imediatamente, na primeira colheita. É então que o machado trabalha, derruba as árvores, as esquadra e prepara os barrotes e planchas rudimentares que servirão para construir o primeiro abrigo da família. Depois, queima as árvores derrubadas e planta nesta clareira. No fim de alguns anos, o colono aperfeiçoou seus instrumentos de trabalho, refez sua casa, fez algumas economias e começa uma vida de bem-estar que lhe fará esquecer os sofrimentos dos primeiros tempos” (Manfroi, 2001, p.95-96).

2.4 Como era a Agricultura

Ocupando o lote em meio à mata, o colono, com a força do machado, abatia as centenárias árvores, predominantemente, araucárias. A mata derrubada era um empecilho para fazer agricultura. O fogo abria clareiras para as sementes germinarem. Praticava-se uma agricultura de queimada com um pousio de seis a sete anos. Com o decorrer dos anos, os solos começaram a perder a fertilidade. A partir de 1900, os lotes estavam todos ocupados com a agricultura. Praticava-se a policultura. No lote rural fazia-se uma distribuição de espaço com rotação de culturas. Nas proximidades do núcleo colonial havia uma área destinada para os

animais, para o potreiro e para o denominado prá (um espaço reservado para o corte da forragem que era fornecida aos animais no cocho). Nas áreas mais distantes cultivavam-se os cereais (trigo, milho, cevada).

A declividade é uma característica da região. Ao efetuar o plantio, a primeira distinção era identificar se o terreno era ensolarado ou posterno (parte que recebia pouco sol, inadequada para culturas). Nos terrenos ensolarados fazia-se o cultivo dos cereais e principalmente da videira. Nos posternos, florestas ou potreiro.

A rotina de trabalho da família do colono ocupava as quatro estações, com práticas sistematizadas. A rotina diária mesclava-se com uma projeção de futuro, ou seja, o corte da capoeira, no início do outono, era a ação precursora do plantio do trigo no inverno. O cuidado com a videira exigia práticas o ano todo. No final do inverno os colonos cuidavam da poda. Na primavera, os tratamentos fitossanitários e a poda verde. No final do verão, a colheita e a elaboração do vinho. No inverno, a reposição dos postes, a capina e a conservação da estrutura do parreiral.

O arado foi a tecnologia mais empregada para o revolvimento do solo, puxado por juntas de bois ou mulas. Nas áreas pedregosas, de difícil acesso ao arado, a enxada executava o trabalho. Praticava-se uma agricultura onde o vigor físico preponderava.

Nos períodos do ano que exigiam intensa mão-de-obra, ocorria a troca de serviços, a ajuda mútua, o mutirão interfamílias. Na colheita da uva, na trilhagem do trigo, no preparo do solo, a solidariedade estava sempre presente.

Os colonos conheciam as propriedades regeneradoras e esgotadoras do solo de cada planta, daí a propriedade agrícola ser, por um certo período, um agroecossistema integrado. A propriedade tinha o caráter de fonte de alimento, daí, plantava-se de tudo um pouco. De início, uma agricultura de subsistência e posteriormente, mercantil. A manutenção da sustentabilidade estava vinculada à fertilidade natural do solo.

2.5 Arquitetura Singular

As rústicas choupanas dos primeiros anos, no lote colonial, são progressivamente substituídas pela rica arquitetura colonial italiana. A pedra de basalto esculpida serviu de base para o tradicional porão – o local de fabrico dos salames, queijos, vinho, depósito de cereais e

de mantimentos. Na parte superior, residencial, o local dos dormitórios e da sala de visita. Acima, o sótão que também era utilizado como dormitório e secagem de grãos. Contígua à casa, havia a cozinha onde eram preparados os alimentos. O distanciamento entre a moradia e a cozinha tinha por finalidade evitar incêndios. Em volta à residência do colono criou-se uma arquitetura peculiar: o galinheiro, o chiqueiro, o estábulo, o forno, o paiol do feno e dos cereais e esse modo de viver e de fazer perdurou até os anos 60 do século XX. Os colonos recolhiam as pedras das áreas cultiváveis e construía taipas para servir de divisa dos lotes bem como para suporte dos parreirais.

2.5 Polenta, Queijo e Vinho

Para quem saiu de um país onde só se comia a polenta, aqui, nas novas terras, o alimento era farto, pois a caça, a pesca, os frutos silvestres e o pinhão estavam disponíveis no lote colonial. Ao levantar-se, o colono e a família tomavam um café reforçado com polenta grelhada e salame ou queijo, uma fritada de ovos com cebola ou salame (a *fortaia*), pão, café e vinho, esse último presença indispensável. Ao meio-dia, polenta, *fortaia*, queijo, sopa de feijão reforçada com massa e o *radicci* cozido temperado com toucinho. À tarde, no campo, pão, salame, queijo e vinho. A janta constava de polenta, salame, queijo, carne de caça ao molho e carne de porco. Essa, tão escassa na Itália, aqui era presença usual na mesa do colono. A variedade e a quantidade dos alimentos dão ao colono o prazer de ter atravessado o oceano.

2.7 A Língua, o Núcleo Colonial e a Escola

Falava-se sete dialetos na região, herança trazida da mãe Itália. Se por um lado os dialetos representaram uma barreira na busca de uma identidade cultural, por outro, eles criaram elos de igualdade que, com o passar do tempo, geraram uma linguagem única, mesclada com o português – o denominado *talian*.

Nas linhas, nos primórdios, os colonos ergueram capitéis (pequenos oráculos com santos padroeiros das aldeias italianas), capelas (pequenas igrejas de madeira) com campanário ao lado e o cemitério. Desse embrião originaram-se os núcleos comerciais e a incipiente indústria agroartesanal. Os núcleos coloniais possuíam os seus centros urbanos,

onde se localizavam a administração, os serviços e os artesanatos necessários à rotina do lote. Havia a ferraria, o sapataria, a selaria, a casa comercial (bodega), a serraria, o moinho de moagem de trigo, milho e arroz.

Não existiam escolas. Ao contrário da colônia alemã que construía a escola próxima da igreja e do cemitério, o imigrante italiano não valorizava a escola. Diziam eles: “*questa sera non se magna mia libri*” (esta noite não se comerá livros). A escola era subestimada, pois a primazia era do trabalho. A forte religiosidade dos imigrantes valorizava os(as) filhos(as) que ingressassem na vida religiosa. Era motivo de orgulho e de júbilo ter um ou vários membros da numerosa família devotados a Deus, pelo sacerdócio e a vida monástica. Nos municípios da região os seminários de todas as congregações disputavam os filhos dos colonos.

A capela – o núcleo colonial – foi o centro cultural, político, econômico e religioso de uma linha, travessão ou picada. Capela era a igrejinha sucursal da Igreja Matriz, nas colônias de assentamentos de imigrantes italianos, no Rio Grande do Sul, mas designava também, a sociedade típica que se formou ao seu redor, com sua forma religiosa, social, cultural e econômica.

2.8 Família, Lazer, Elementos Sócio-culturais e Econômicos

A família foi a base da superação das dificuldades. O patriarcado nunca foi posto em dúvida. Os filhos não ousavam contrariar o poder decisório do pai. A mulher, sempre submissa, calava, rezava e trabalhava. Tinha dupla jornada de trabalho. Seu lazer resumia-se à missa dominical e ao terço na capela. O pai administrava o dinheiro da família. Quando um filho ou filha casasse e não tivesse terra à disposição, permanecia morando no núcleo patriarcal até a aquisição de uma nova área nas vizinhanças ou então a herança. Na hipótese de não ocorrer nenhuma dessas situações, migravam para outras regiões do estado, Santa Catarina e Paraná cujas terras eram baratas e cobertas de mata, similares às da região quando de sua ocupação.

Quando um filho apresentasse dotes intelectuais em destaque ou, ao contrário, uma deficiência física natural ou adquirida, a família buscava alternativas. Ele poderia tornar-se professor, religioso ou então abraçar uma profissão liberal.

Havia um profundo respeito pelos parentes que se estendia aos vizinhos em igual grau de importância. Era muito comum ocorrerem casamentos entre parentes, pois além do amor que podia acontecer à primeira vista havia também a dificuldade de deslocamento para áreas distantes e assim o espaço territorial limitava-se a algumas capelas próximas.

Da terra extraíam a subsistência do núcleo familiar. Para o que sobrava ou o que excedia era feito o escambo ou era objeto de venda. O dinheiro tinha basicamente três destinos: ficava com o comerciante como empréstimo, rendendo juros; era escondido debaixo do colchão para eventuais necessidades da família; era emprestado aos vizinhos e parentes, reforçando os elos de solidariedade e reciprocidade.

Havia a preocupação do patriarca em colocar bem todos os filhos. Assim, os investimentos da família sempre tiveram o cunho de reproduzir a unidade familiar. A mulher, sempre relegada a um segundo plano, aqui tem voz.

O lazer da família se restringia ao filó, quando os vizinhos se reuniam para trocar idéias, jogar cartas, comer, beber e cantar as tristes canções dos excluídos das aldeias italianas. Os homens jogavam bisca, quatrillo, escova e trisete. A bocha e o bolão foram os esportes mais disputados nas colônias. Com o tempo, o campo de futebol ocupou espaço próximo ao núcleo da capela. O ponto culminante, o maior evento do ano era a sagra – a festa do santo padroeiro da comunidade. A melhor roupa saía dos baús, todos se envolviam de forma solidária e piedosa para festejar o santo. As imagens esculpidas toscamente em madeira eram adornadas para o grande momento da procissão e da missa solene cantada pelo coral da capela. O tríduo (três dias) que antecedia os festejos do padroeiro criava um clima de êxtase e felicidade. Para os jovens, em idade de namoro, seria o grande momento de encontrar o(a) bem-amado(a). Para as pessoas de todas as idades, a sagra representava a fé e a solidariedade, onde todos reconstituíam as forças para lutar em condições tão hostis. A sagra servia como integração entre as várias linhas.

A educação sexual era completamente nula. Reprimia-se toda e qualquer conversa referente ao assunto. Não foram poucos os casos de jovens que, chegando ao casamento, desconheciam os fenômenos biológicos da convivência sexual humana. Existia uma sublimação e a vergonha de encarar as partes pudendas do corpo, principalmente as mulheres. Havia a negação do prazer, provavelmente pelos rígidos princípios religiosos ou pela ignorância.

O mundo camponês estava centrado na família, na fé e no trabalho, no poupar, já que o amanhã era incerto. A ajuda mútua, o mutirão, fazia com que todos fossem iguais, o sentido do coletivo predominava sobre as ambições individuais. Em meio à mata, numa terra estranha, os elos de solidariedade, de cooperação e reciprocidade se solidificaram. A conduta de fraternidade estava presente nos mais diversos momentos. Na hora da doença, os colonos ajudavam-se nas lides camponesas e na assistência ao enfermo. No dia da matança do porco, os produtos derivados eram divididos entre a vizinhança e alternadamente todos se beneficiavam dessa partilha. Na trilhagem do trigo, as famílias se revezavam na tarefa. O mutirão era uma constante. Até mesmo no filó, nos momentos de lazer e descontração, os problemas das famílias eram expostos, discutidos e para eles buscava-se uma solução. Na capela, no cemitério e na escola os problemas e as soluções eram partilhados; um colono oferecia a terra, outro a madeira, alguns entravam com a mão-de-obra, trabalhavam juntos na concretização dos objetivos.

As capelas disputavam avidamente o seu crescimento, pois seria a oportunidade de ser a sede da paróquia. Neste caso teria um padre fixo para atender as almas. Uma figura respeitadíssima nas comunidades italianas foi o padre. Ele foi médico, juiz de paz, curandeiro, advogado, político, ou seja, o mediador do corpo e da alma. Exercia um poder autoritário, controlava os ímpetos carnais de um rebanho passivo, trabalhador e submisso. Eventualmente, parcela do rebanho se rebelava contra as arbitrariedades do poder religioso, criando cisões entre familiares e na estrutura organizacional da capela, geralmente irreversíveis.

O imigrante italiano introduziu no Rio Grande do Sul a gaita (fisarmônica). Em 1876, na colônia Conde d'Eu (hoje comunidade de Garibaldi) havia uma fábrica de gaitas da marca Zopás, que posteriormente foi adquirida pela Indústria Todeschini de Bento Gonçalves. Havia também uma fábrica denominada Somensi. No auge da produção chegaram a produzir mil gaitas mensais. A expressão corporal através da dança sofreu por parte da igreja severas restrições. Significa dizer que na tradição italiana, a dança não faz parte da história, ao contrário do que aconteceu com imigração alemã, através do Kerb. Uma herança que se manteve pelos séculos foi o canto. As famílias numerosas cantavam no trabalho e nos momentos de descanso; era o grande lenitivo para embalar sonhos e amenizar a penosidade da labuta diária.

2.9 O Início do Apostolado

O dia 18 de janeiro de 1896 assinalou o marco da fundação da Missão Capuchinha no Rio Grande do Sul. Os capuchinhos, provenientes da província de Sabóia (França), vieram exercer o apostolado em Conde d'Eu. Diziam que vinham ao estado para fundar “a Sorbonne do Rio Grande do Sul”. Eles foram fundamentais para integrar as comunidades dos imigrantes. Trouxeram uma cultura avançada que muito contribuiu para o desenvolvimento dos núcleos coloniais. Os padres capuchinhos foram responsáveis pela vinda das missionárias (freiras) da congregação de São José de Moutiers a Conde d'Eu. Isso aconteceu em dezembro de 1898.

Em 1904 os Irmãos Maristas instalaram-se na sede do município. Eles trouxeram, além do ensino, o conhecimento técnico para a elaboração de vinhos, especialmente, vinhos para missa, apreciados não só pelos padres, mas também por uma vasta clientela brasileira.

Com a sedimentação dos núcleos e sua conseqüente expansão, várias outras congregações européias instalaram-se na região, com seminários e educandários, muitas vezes acompanhando os colonos nas migrações internas.

2.10 Produção, Comercialização e Beneficiamento

Os colonos, graças à fertilidade de suas terras e à obsessão pelo trabalho, abarrotavam os porões e os paióis de milho, cevada, trigo, centeio, arroz, feijão, batata, linho, vinho, banha, aveia, alfafa, fumo e bicho-da-seda. É a diversidade resultante do trabalho que o colono imigrante desenvolvia em seu lote rural. Os instrumentos de trabalho eram reduzidos ao arado, machado, enxada, foice, gadanho, picão e pá.

Com o excedente da produção, os colonos faziam escambo com os comerciantes. Deles adquiriam sal, roupas, ferramentas, insumos agrícolas. O transporte das mercadorias era feito com mulas bruaqueiras (mulas assim denominadas por se destinarem ao transporte de produtos acomodados em sacos chamados de brucas) e carroças puxadas por mulas ou juntas de bois, por picadas e estradas de trânsito penoso, principalmente no inverno.

O comerciante vendia o que o colono não produzia; comprava e distribuía o excedente colonial em mercados próximos e distantes. O pequeno comerciante das linhas articulava-se

com o comércio de maior porte dos centros urbanos regionais. Os gêneros coloniais, em carroças e mulas bruaqueiras, eram transportados até São Sebastião do Caí e Montenegro e dali para o porto de Porto Alegre. Isto até 1908, quando a ferrovia chegou na denominada localidade Trinta e Cinco (hoje Carlos Barbosa) que na época era terceiro distrito de Garibaldi (Conde d'Eu). As grandes casas comerciais realizavam a acumulação dos excedentes gerados pela produção colonial. Os colonos entregavam suas reservas monetárias aos comerciantes das linhas, muitas vezes por juros insignificantes. Isso permitia que os comerciantes financiassem seus empreendimentos com a poupança colonial. A acumulação das riquezas produzidas pelas economias agrícolas e artesanais financiou a industrialização da região, ou seja, o processo de acumulação de riqueza foi obtido com o suor do colono. Nas linhas e nos núcleos urbanos desenvolveu-se uma ativa produção artesanal, incubadora da industrialização.

Das encostas íngremes a água escorria para os córregos e riachos. O espírito criativo e inovador do imigrante desenhou o moinho d'água para mover as rústicas ferrarias, as usinas de luz, a mó para moagem do trigo e do milho, o descascador de arroz, a serraria. Os moinhos dinamizaram as colônias, foram o caldo de cultura para o surgimento das agroindústrias e das indústrias. Eles tiveram vida até 1964, quando uma implacável legislação arrasou uma tradição quase centenária. A abundância da araucária e da mata diversificada gerou pouca renda para o colono. O principal objetivo do colono era fazer a roça. Com a madeira resultante da derrubada, o colono levava à serraria para construir o seu vilarejo rural. As serrarias se proliferavam nas linhas. Todavia, a distância entre elas e a propriedade desestimulava o colono a vender a madeira, bem como o pouco valor recebido pela matéria-prima. Mesmo assim, as serrarias acumularam capital e foram propulsoras das indústrias moveleiras regionais. Antes do advento da ferrovia Porto Alegre – Caxias do Sul, a via de condução para a comercialização da madeira fluía pelo rio das Antas. Era trabalho para o balseiro. A importância da madeira para a região teve tamanha expressão que, em Caxias do Sul, havia uma cooperativa de madeireiros.

2.11 A Divisão do Trabalho e o Patriarcado

Os colonos, necessitando mão-de-obra para desenvolver o seu lote, não economizavam filhos. Eles estavam seguros que a vida na nova terra abria portas para um futuro promissor. As famílias, a partir de 1900, tinham em média 8 filhos e tal média permaneceu até 1950. O

pai administrava e centralizava toda a economia proveniente da labuta familiar. Aos homens cabiam os serviços mais rudes na lavoura, muito embora as mulheres não se furtassem de qualquer trabalho pesado. A elas incumbia o cuidado com as pequenas criações, a horta, a ordenha, o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, a educação dos filhos, principalmente a educação religiosa, o remendar e costurar as roupas. O patriarca dotava os filhos com terras quando estavam próximos ao casamento, reproduzindo a unidade familiar similar ao pai. As mulheres não tinham direito à herança. Quando uma família era mais abastada, as mulheres ao casar, recebiam uma máquina de costura à mão. Quando, entretanto, a família era mais pobre, o dote era uma vaca ou um porco. *La dota* (o enxoval) tinha um ritual que começava nos filós. A moça casadoira recebia ajuda das amigas para preparar o seu enxoval. Ela fazia trabalhos artesanais como a *dressa* (trançado de palha de trigo) com o intuito de auferir dinheiro para a aquisição de tecidos.

2.12 Os Elementos de Transformação

As linhas coloniais cresciam vertiginosamente. O progresso sócio-econômico da colônia Conde d'Eu determinou a sua emancipação de Dona Isabel (Bento Gonçalves) em 31 de outubro de 1900, com a denominação de Garibaldi, em homenagem ao herói italiano Giuseppe Garibaldi. Em 1897, a população de Conde d'Eu era de 13.054 habitantes e os 50.000 hectares destinados ao assentamento estavam todos ocupados. A importância da imigração italiana no Rio Grande do Sul transfigurou uma região e a demografia do estado. Em 22 anos (de 1872 a 1894) a população gaúcha praticamente dobrou. Em 1894 a população gaúcha era de 1.075.000 pessoas (Manfroi, 2001).

A população excedente dos antigos núcleos coloniais originou novos núcleos. Em 1910 o trecho ferroviário Porto Alegre - Caxias do Sul era inaugurado. Uma total metamorfose no ritmo político, econômico e social da região. Carlos Barbosa, terceiro distrito de Garibaldi (outrora Conde d'Eu) crescia freneticamente, como pólo ferroviário. Todo o comércio das colônias fluía para Carlos Barbosa. Os produtos da agricultura, da incipiente indústria e da agroindústria das localidades de Alfredo Chaves (Veranópolis), Guaporé, Bento Gonçalves e Garibaldi, eram transportados por carroças e mulas bruaqueiras até Carlos Barbosa com destino ao mercado estadual, nacional e mundial. A reivindicação da extensão de um ramal até Bento Gonçalves passando por Garibaldi somente foi concretizada em 1918.

De 1875 a 1910, os colonos geraram uma renda monetária excedente. Isso favoreceu uma intensa atividade comercial. A agricultura familiar colonial, com seus excedentes de banha, vinho, cevada, feijão e trigo, provocou mudança nos mercados locais e regionais e a ferrovia foi fator desencadeante propulsor da rápida expansão da economia.

O nascimento da indústria na região é um fator de natureza cultural. Os múltiplos ofícios artesanais dos colonos somaram-se à disponibilidade de capitais (oriundos do comércio) e à existência de um mercado consumidor na região, no estado e no país. Configuram-se assim pré-condições para o desenvolvimento da indústria regional.

Em 1908, Arthur Jacob, em decorrência da ferrovia, instalou-se na vila de Carlos Barbosa com uma refinaria de banha. Na época, os colonos elaboravam a banha de forma artesanal, sem um padrão de qualidade. Arthur Jacob na sua empresa fazia o refino da gordura e envasava em latas de 2 quilos, sob a denominação de Rosa. A empresa tinha uma funilaria e atuava como casa de comércio de importação (fazendas, ferragens, miudezas, secos e molhados) e exportação (cereais e banha). A ferrovia ligava a produção aos mercados de Porto Alegre e de São Paulo. Uma via dupla de importação e exportação nascia e se desenvolvia pela estrada de ferro e pela hidrovia.

No ano de 1911 foi fundada a primeira fábrica de vassouras e cadeiras na vila, de propriedade do Sr. Angelo Mottin. A partir daí, diversas fábricas de artesanato de vime foram instaladas no local. Citam-se, Demartini, Accorsi, Zanatta, Fachini, Casa Fracalanza e Scomazzon. Essas empresas viveram o esplendor até os anos 60, quando a evolução tecnológica sepultou o artesanato em nome de outros materiais. Nos anos áureos, tais empresas davam empregos a centenas de operários, a maioria deles, pluriativos.

Foi também no ano de 1911 que Valentin Tramontina montou sua ferraria em Carlos Barbosa. Era o embrião do atual Grupo Tramontina. A família de Valentin residia em Santa Bárbara (Bento Gonçalves) e trabalhava com ferraria. Valentin, filho de imigrantes italianos, é um exemplo típico do colono artesão que se estabelece no Rio Grande do Sul e fabrica ferramentas agrícolas para os colonos locais.

Em 1918, era inaugurada a primeira usina elétrica na vila o que demonstra a ebulição da economia local.

Em 1906, Manuel Peterlongo iniciava em Garibaldi a elaboração de vinhos finos. Nesta época vigorava uma produção doméstico-artesanal do vinho. O colono reservava uma

parte do seu porão para a produção da bebida. As uvas eram esmagadas com os pés e o produto, posto em barris para fermentar. O artigo final, elaborado com essas técnicas primitivas, era vendido aos comerciantes que, através de sua função intermediária, auferiam um lucro sobre o resultado do trabalho do colono. A supremacia econômico-social do comerciante verificou-se desde a chegada dos imigrantes.

2.13 O Surgimento do Cooperativismo na Encosta Superior do Nordeste

Em 1911, o então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves sentiu o desamparo dos colonos frente ao comércio que se expandia vertiginosamente. Nesse ano uma comissão de agricultores de Caxias do Sul procurou o presidente para relatar a falsificação e adulteração do vinho pelos comerciantes. O presidente assim se expressou:

“os meios de impedir as adulterações, mais do que o governo, os possuíis vós, agricultores; somente associando-vos e constituindo cooperativas, podereis bem defender os vossos produtos, deles auferindo maior proveito. O governo poderá vos apoiar, facilitar os vossos trabalhos, com leis e medidas adequadas, mas a iniciativa deve partir de vós, que precisais garantir os vossos próprios interesses” (Carlotto e Galioto, 1993, p. 26).

Era a primeira tentativa de unir os colonos italianos, indefesos diante do mercado.

Na região de colonização alemã, a experiência bem sucedida do padre jesuíta Theodor Amstad, na década de 1890, fundando cooperativas denominadas Cooperativa de Poupança, fomentou a implantação do cooperativismo na região italiana. Amstad, um ferrenho defensor dos colonos, no 3º Congresso de Agricultores, realizado em Feliz, em 1900, na presença de 5.000 pessoas, assim se expressou em defesa da cooperação: “Com a carroça cheia de mantimentos e os animais carregados de frutos do vosso trabalho, vocês vão à Casa Comercial, mas as poucas bugigangas estrangeiras que recebeis em troco de vossa farta produção, podereis colocá-las debaixo do vosso braço...” (Carlotto e Galioto, 1993, p.24).

O Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura e Comércio, trouxe da Itália o dr. Giuseppe Stéfano Paternó, advogado, catedrático, especialista em cooperativismo. Ele chegou ao estado em 1911. Fundou cooperativas de vinho, de banha, de madeira e de laticínios, em toda a região colonial. Permaneceu 2 anos no estado, sofreu um forte revés dos grupos mais organizados, detentores do capital e do poder (sindicato do vinho), porque o cooperativismo

representava uma ameaça à estrutura comercial e industrial. A Cooperativa Santa Clara de Carlos Barbosa, fundada por Paternó, em 1911, é uma rara remanescente deste período. O abalo do movimento cooperativista perdurou até 1930, quando, com a implantação do Estado Novo e Getúlio Vargas no poder, o movimento ressurgiu.

2.14 A Migração Interna

Se por um lado a ferrovia desencadeou o progresso regional, por outro lado, juntamente com outros fatores, oportunizou o êxodo de colonos para outras regiões do estado, principalmente para o planalto e região noroeste, bem como para estado de Santa Catarina e Paraná. O esgotamento dos solos, as sucessivas queimadas e o pousio que era gradativamente reduzido expulsaram parte dos colonos de seus lotes. A esses fatores soma-se a crise do sistema cooperativista, o aviltamento do preço do vinho, as rigorosas medidas sanitárias que excluía o colono do processo de elaboração artesanal do vinho e da banha. Legalizar a agroindústria significava reduzir o espaço do colono no mercado. Era a primeira crise dos sistemas agrários, dos assentamentos dos colonos. Nas novas fronteiras agrícolas os colonos reproduziram fielmente o seu modo de viver das denominadas colônias velhas.

O jornal *La Libertá* fundado em 1909, um ano depois, passou a ser denominado de “Il colono italiano”. Editado em Garibaldi, em 1917 mudou de nome, passando para “*La Staffetta Riograndense*” (hoje *Correio Riograndense*, com sede em Caxias do Sul). O semanário, até 1942, era impresso em italiano. Com a Segunda Guerra Mundial, por imposição do governo, passou a ser impresso em português. O periódico teve papel transcendental na divulgação das novas fronteiras agrícolas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As companhias de colonização exortavam as maravilhas das matas e das novas terras virgens, pintando o quadro de um novo “eldorado”. Tinham páginas inteiras dedicadas a enaltecer os novos solos, incidindo, na maioria dos casos, em propaganda enganosa.

2.15 Do Artesanato para a Manufatura

A eclosão da 1ª Guerra Mundial, em 1914, teve reflexos em toda a região. Representou um incentivo, principalmente para a expansão e para o fortalecimento de outro ramo essencial da indústria regional: a metalurgia.. Com as demandas geradas pela guerra, muitas das antigas

ferrarias foram ampliadas, o que abriu caminho para a criação de indústrias modernas. Ser moderno, naquele momento, era mudar a forma de organização do processo produtivo – de artesanal para manufatureiro - acrescido de um novo insumo que foi a energia elétrica.

No Livro Geral de Eleitores Estaduais do município de Garibaldi, de 1906, onde constam as profissões dos habitantes, constata-se o registro de inúmeros ofícios, tais como, fogueteiro, ferreiro, carreteiro, carpinteiro, chapeleiro, encadernador, sapateiro, moleiro, alfaiate, serrador, padeiro, açougueiro, hoteleiro, curtidor, pedreiro, tropeiro, negociante, industrialista, seleiro, oleiro, fotógrafo, empregado público e um significativo número que se identificava simplesmente como lavrador. Este livro de registro demonstra a latente pluriatividade dos imigrantes italianos. No afã de ter um pedaço de terra, eles negavam, de início, a condição multifacetada de suas profissões. Pode-se afirmar que eram “falsos agricultores”. No Livro de Registro da Colônia Caxias, do ano de 1905, há dados comprobatórios que 17% dos colonos, moradores dos núcleos coloniais, exerciam mais do que uma atividade.

A manufatura surgida na região foi o ponto de partida da produção capitalista, realizando a submissão da força de trabalho ao capital. A manufatura desenvolveu-se dentro de uma técnica artesanal, estruturada na habilidade e na virtuosidade do operário, ao utilizar seus instrumentos de trabalho. O operário-artesão foi perdendo progressivamente o seu saber. Depreciou-se com isso a força de trabalho, pois o operário passou a ser substituído por outro sem alterar o processo produtivo. O crescimento do setor industrial encontrou nesse processo de expropriação da unidade camponesa agrícola uma importante forma de acumulação de capital. Gradativamente empobrecido, o colono não tinha condições de introduzir o progresso técnico na sua propriedade. O resultado foi o crescente esgotamento dos solos, a queda da produtividade e a conseqüente baixa dos rendimentos para a família do proprietário da terra, que não conseguia mais se sustentar apenas com a atividade agrícola. Assim, alguns membros da família buscaram trabalhos não agrícolas, em empregos temporários, e outros migraram definitivamente para os centros urbanos.

As relações de trabalho dessa época eram relações essencialmente familiares. Havia pouca distância entre patrões e operários, ambos trabalhavam lado a lado no ambiente da fábrica, numa relação quase semelhante à que se estabelecia entre pais e filhos nas propriedades agrícolas. A fábrica era vista como uma extensão do lar. Os operários começavam seu aprendizado ainda crianças, sendo treinados em múltiplas tarefas. Ser

aprendiz se traduzia em trabalhar muito e ganhar pouco. No final do aprendizado, tornava-se operário.

A década de 30 inaugurou uma fase de grandes transformações no plano nacional, com a reestruturação do mercado de trabalho e o início do processo de industrialização substitutiva das importações, induzido e estimulado pela política do Estado Novo de Getúlio Vargas. Também nesta década, ressurgiu, com todo o vigor, o sistema cooperativista que tinha sido boicotado pelos empresários da indústria e do comércio, na era Paternó, dos anos 10. Entre as cooperativas, é citada a Cooperativa Vinícola Garibaldi, fundada em janeiro de 1931 e que foi considerada, por décadas, a maior cooperativa da América do Sul.

Veio a Segunda Guerra Mundial (1939-45) . Novamente ocorreu um intenso surto de progresso industrial na região, principalmente no setor metalúrgico. O ano de 1941 representa um marco para a indústria nacional e regional, pois foi implantada a Usina Siderúrgica de Volta Redonda (RJ). O ferro e o aço que até então vinham do exterior passam a ser produzidos no país. A indústria regional se agiganta, tendo Caxias do Sul como expoente.

Até a instituição do Estado Novo, o Brasil era um país essencialmente agrário. A política de Vargas inaugura um período de intenso desenvolvimento industrial. As cidades crescem, capitaneadas por São Paulo e paralelamente a essa expansão, desperta um forte mercado consumidor. Novamente a região da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul é beneficiada. Os bens agroindustriais e agrícolas são intercambiados de maneira mais ágil, mais eficiente e bem mais célere. O capitalismo vai criando raízes mais sólidas.

2.16 A Diversidade da Produção Agrícola

As colônias que produziam de tudo, especializaram-se na fabricação de banha e embutidos, vinho e trigo. O mercado consumidor dos grandes centros praticamente impôs a especialização, e para o colono era a oportunidade de ganhar dinheiro. Monetizam-se as relações econômicas nas linhas, nos distritos e nas cidades. Em 1920 eram cultivados 11.380 hectares de videira; em 1950, 25.523 hectares; em 1970, 47.682 hectares, o que comprova a pujança de vitivinicultura na economia regional. Até 1925 o vinho dominava 60% das atividades econômicas da região.

O trigo caiu nas graças do colono italiano. Segundo dados apresentados por Roche

para o ano de 1916, dos dez maiores municípios produtores, oito eram de origem italiana, produzindo 93,9% desse total. Os dois restantes municípios, de origem alemã, com 6,1%. As maiores empresas responsáveis pela moagem do trigo estavam instaladas na região nordeste do estado, sendo que Caxias do Sul despontava. No distrito de Monte Belo, Bento Gonçalves, a cooperativa local recebia 30.000 sacas do produto por safra e era fato comum, as famílias produzirem 100 sacos por safra.

No dito do colono “quem tem milho tem tudo”, além da ortodoxa polenta, presença diária na alimentação da família, o milho engordava os suínos e toda a vasta fauna existente na propriedade.

A diversidade da produção agrícola era tamanha que, em 1935 a firma Zonta & Chesini Ltda., com sede em Garibaldi, especializou-se no comércio de cevada. A produção destinava-se às indústrias cervejeiras instaladas na capital.

Na arquitetura do lote colonial, no potreiro próximo ao núcleo residencial, a vaca não podia faltar. O leite e seus subprodutos, tais como queijo, manteiga, nata, ricota (*puina*), alimentavam a família, serviam como moeda de troca com o comerciante da linha e geraram queijarias. O leite in natura excedente destinava-se às agroindústrias instaladas nas linhas. Carlos Barbosa despontou pelo pioneirismo da Cooperativa Santa Clara e da Laticínios Sul Brasil, empresa esta extinta nos anos 70.

2.17 A Escola e o Caminhão chegam à Capela

Nos anos 20 surgiram as primeiras escolas municipais e comunitárias nas comunidades rurais. Mas somente nos anos 40 apareceram as escolas estaduais. Isso denota que o Estado estava ausente no processo de desenvolvimento das comunidades rurais. Até os anos 30, a carroça era o maior e o único meio de transporte de carga de produtos coloniais. Ela vencía as picadas e transportava a riqueza da família aos centros consumidores ou ao comerciante da linha. Despontou então o caminhão. Os colonos em mutirão ampliaram as velhas e sinuosas estradas, e um surto de progresso aconteceu na região. Um novo tempo e novas esperanças nascem nas capelas e linhas. Inaugura-se o ciclo do transporte para grandes distâncias. O mundo da colônia ganha novos contornos. Reproduzir a unidade familiar de produção em outras regiões do estado e do país é mais fácil. A carroça, a mula e o cavalo

ficam restritos às imediações do lote colonial. O comércio amplia-se, as agroindústrias se expandem, as relações capitalistas começam a ter forma. Os colonos que falavam seus múltiplos dialetos receberam um choque com a segunda guerra mundial. Por decreto governamental, eles foram proibidos de falar a sua língua. Triste ironia, um Estado que nunca proporcionou uma educação básica aos colonos, arbitrariamente, aborta uma cultura rica e fascinante, oriunda da fusão dos vários dialetos: o *talian*.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR

O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

3.1 A Extensão Rural e o Crédito Agrícola

O caldo de cultura para a metamorfose foi a implantação do sistema de extensão rural no Brasil, em 1947, e no Rio Grande do Sul, em 1955. Em Carlos Barbosa os serviços de extensão rural foram introduzidos em 1967, com a instalação do Escritório Municipal da ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural). Em Garibaldi, o Escritório Municipal da ASCAR foi inaugurado em agosto de 1963. Em 1965 foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural, marco referencial para a mudança do quadro natural do país. Em 1972 foi criada a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Em 1974, foi fundada a EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. O sistema unificador nacional da extensão rural – o SIBRATER substituiu o sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). Nos estados federados passou-se a denominar EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural). A pesquisa e a extensão rural são oriundas do Estatuto da Terra, implementado em 1964. Até os anos 70, a pesquisa desenvolvia-se nas estações experimentais estaduais voltadas à pequena propriedade. Variedades de trigo, como as famosas linhagens Frontana e Lajeado, altamente produtivas e resistentes às doenças, foram criadas nestas estações. Com o desmantelamento das estações experimentais, perdeu-se o enfoque do desenvolvimento local e regional.

A extensão rural adotou em seus programas educativos o modelo difusionista gestado nos Estados Unidos e implantado no Brasil sem qualquer análise antropológica e sociológica. Em seus primórdios, a extensão rural atuava com a família e a comunidade. Em meados da década de 60, com a priorização do crédito agrícola desfigurou-se a conduta tradicional do sistema que tomou o rumo do crédito rural seletivo. Abandonou-se o social e alimentou-se a

exclusão social no campo. Os denominados agricultores inovadores destacaram-se pelo seu empreendedorismo e hoje são os produtores capitalizados, inseridos nos complexos agroindustriais.

A agricultura familiar foi fortemente penalizada pela política agrícola oficial, pelo aporte de recursos para a média e grande propriedade, 93% do total, sendo os ínfimos 7% destinados aos outrora denominados de mini e pequenos produtores. No período denominado de “milagre brasileiro” os recursos chegaram a ultrapassar a vultosa cifra de 40 bilhões de dólares/ano.

3.2 O Sindicalismo

O sindicalismo rural teve origem nos conflitos agrários do nordeste do Brasil, através das Ligas Camponesas, de caráter socializante e revolucionário. No Rio Grande do Sul, porém, o sindicalismo teve postura moderada e conservadora, liderado pela Igreja Católica, estruturando a Frente Agrária Gaúcha. Com o golpe militar de 1964 e o Estatuto da Terra, o sindicalismo passou a ser tutelado pelo Estado. O caráter reivindicatório de luta por mudanças radicais no meio rural na arcaica e medieval estrutura fundiária deu lugar a uma “modernização conservadora”. Trata-se, pois, de um sindicalismo assistencialista que não debate as grandes questões nacionais.

Marginalizados e excluídos de cidadania nas aldeias italianas, os imigrantes, ao chegar nas novas terras, pensavam unicamente em constituir uma família e ter um chão para produzir. Viam a política com descrença. Acreditavam nos frutos do próprio trabalho, nas relações de parentesco e na vizinhança. Eles eram o Estado. Os conflitos políticos, em qualquer âmbito, não lhes diziam respeito. O que importava era a infraestrutura básica para o funcionamento da linha ou travessão: estradas e escolas.

O sindicalismo, numa região de cultura conservadora, não vingou como representação das ansiedades e necessidades dos colonos.

3.3 A Crise dos Sistemas de Produção

Em 1959 Carlos Barbosa desmembrou-se de Garibaldi. Era a emancipação. A vila

tinha a herança de uma metalurgia vigorosa em que despontava a Metalúrgica Tramontina. Na agricultura, a Cooperativa Agrícola Carlos Barbosa que atuava com cereais, e a Cooperativa Santa Clara, no setor leiteiro.

Esse período marca mais uma crise nos sistemas de produção da agricultura familiar. O trigo saiu da pequena propriedade. A tratorização levou o cereal para a média e grande propriedade. A substituição da banha pelo óleo de soja favoreceu o desmantelamento da suinocultura tradicional. O milho e o feijão que sempre estiveram presentes nos cultivos do colono passaram a sofrer a competição da média e grande propriedade. O esgotamento do solo, a subdivisão do lote pelas sucessivas heranças e a queda da produtividade foram alguns dos fatores propulsores da crise da agricultura familiar das velhas colônias. Para um colono descapitalizado, agora, nessa fase, não mais existem fronteiras agrícolas disponíveis na região sul do país. A consolidação das novas fronteiras agrícolas no estado e fora dele, para os grandes e médios produtores, fez com que a agricultura familiar lutasse em condições de desigualdade. Os pequenos perderam, precisaram ajustar-se e buscar novas formas de sobrevivência. O panorama descrito tem amplitude estadual, todavia espelha a realidade de Carlos Barbosa e Garibaldi, objeto desse trabalho.

Em 1950 a população do município de Garibaldi era de 15.797 habitantes. A cidade contava com 3.635 habitantes o que representava 23% da população. Os restantes 77% residiam nas comunidades rurais. Isso demonstra a força e o vigor da agricultura familiar. Já em 1970, a população rural decresce para 61,2% e em 1980 representa somente 41%. Em 1996 o percentual de moradores do meio rural é de 36,98%. O censo de 2000 aponta uma população urbana de 23.102 e uma população rural de 5.226 pessoas, concentrando, portanto, 78% da população na cidade. O lento e progressivo êxodo rural em direção às cidades é consequência da crise dos sistemas de produção, do esgotamento da agricultura de queimada, da legislação federal de 1964 que provocou o esfacelamento dos tradicionais moinhos coloniais e da fragmentação dos lotes coloniais pelas sucessivas heranças.

Em 1950 a população de Carlos Barbosa era de 5.468 habitantes, sendo que 80% residia nas colônias. Em 1970, decaiu para 56%. Nos anos 80, a população do município foi determinada em 13.665 pessoas, sendo que o grau de urbanização era de 48,77%. Em 1991 a população total era de 15.921 habitantes e a população rural representava 35%. No ano de 1996, embora a população total tenha crescido (18.955), o percentual fixado no interior

permaneceu em 35%. Em 2000, a população urbana somou 15.207 habitantes e a rural 5.309 pessoas, representando 34% de fixação no interior.

Em 1960, Carlos Barbosa tinha 1.718 propriedades rurais. Em 1990 esse número passou para 1.345. Em 1996, o município contava com 1.300 propriedades agrícolas.

Se no início do século XX, os núcleos familiares tinham em média 10,5 pessoas, no final do século essa média baixou para 3,5 pessoas por domicílio. Esse dado mostra a readequação da unidade de produção familiar frente às novas conjunturas. Pode-se afirmar que a família, a propriedade e o trabalho sempre estiveram em constante retroalimentação.

“A construção do espaço da colônia velha e das novas deu-se sob o signo da propriedade da terra, localizando, desde o início, nesses espaços, o imigrante vinculado ao mundo da mercadoria e da sobrevivência da família. A atração e o envolvimento do colono como possibilidade de tornar-se pequeno proprietário promoveram um movimento de reprodução capitalista no meio rural muitas vezes baseado de formas não puramente capitalistas de produção e de relação de trabalho, envolvendo graus de autonomia, de subordinação e de enfrentamento ligados às relações mercantis” (Suliani, 2001, p.586).

3.4 O Abandono da Profissão de Colono

A partir dos anos 60 houve uma gradativa redução na taxa de natalidade da população rural. Houve, também, uma pequena redução no número de propriedades agrícolas, nas encostas mais íngremes, sendo que a população migrou para a sede dos municípios de Carlos Barbosa e Garibaldi, buscando empregos nas indústrias e estabelecendo-se no comércio e serviços. Isso explica o progressivo decréscimo da população fixada no meio rural. Neste momento, acontece propriamente o abandono da propriedade agrícola, o agricultor perde sua profissão e abraça outra: comerciante, industriário, operário, professor, metalúrgico, construção civil, entre outras.

É o nascedouro da vergonha de ser colono e esse estigma foi criado pelos colonos que migraram para a cidade, que desqualificaram e tipificaram o agricultor como grosso, inculto, que fala errado. Há um sentimento de ridicularização, marginalização e aviltamento da profissão. Os dialetos vão perdendo a força. A introdução da energia elétrica nas comunidades rurais alterou totalmente o modo de vida, os hábitos e os valores. Com a energia vieram a televisão, o refrigerador, o ferro de passar, o chuveiro, o telefone, os motores agrícolas, enfim o dito conforto, a redução da penosidade do trabalho, o mundo da fantasia, do

deslumbramento, da quebra dos tabus, do isolamento, do comparativo cidade moderna e meio rural atrasado.

3.5 A Influência da Cidade no Mundo do Colono

A antropologia visual das linhas, capelas, vilas e cidades, com sua típica arquitetura camponesa, porão de pedra, residência de madeira e sótão, pé direito alto, de um tempo de madeira abundante, foi impiedosamente posta ao chão.

O fechado mundo rural que durante cem anos recebeu escassas influências externas, quando o padre era a figura mais respeitável, o *mediadore* o arbitrador de conflitos, passa agora a ter novos atores: a extensão rural, o sindicato dos trabalhadores rurais, a pastoral da juventude, os clubes de mães, o vereador da linha, enfim ocorre a multiplicação dos mediadores. Todavia, a mudança mais radical foi provocada pela entrada da televisão. Os valores de Copacabana, Leblon, Ipanema são entronizados nas linhas, travessões e picadas, conflitando com os valores herméticos do mundo camponês.

A extensão rural em muito auxiliou na diferenciação da tradicional unidade familiar de produção, com suas metodologias competitivas, tais como, lavouras demonstrativas, unidades de observação, demonstrações de resultado e a difusão, via crédito, dos denominados insumos modernos: adubos, sementes, agrotóxicos, tratores, máquinas e motores.

O velho e o antigo se tornaram sinônimos de atraso. É o capitalismo, com seus tentáculos, mudando as relações sociais, econômicas, culturais, antropológicas e políticas. Segundo Marx, seria o fetichismo do dinheiro.

3.6 A Reprodução Social

Os colonos italianos nunca ouviram falar do cientista social russo Alexander V. Chayanov e muito menos de suas teorias a respeito da agricultura camponesa. Sua teoria afirma que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Esses princípios partem do fato de que ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a apropriação do trabalho alheio assalariado, da mais-valia. O produtor

familiar é um proprietário que trabalha com sua família, portanto, não existe salário. É impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro, chave econômica da sociedade capitalista.

Na produção capitalista, o lucro é resultante de diversos elementos econômicos, como preço, capital, salário, juros, renda e que se determinam uns aos outros, e que são funcionalmente interdependentes. Na unidade econômica camponesa, a família busca permanentemente o equilíbrio entre o trabalho e as necessidades de consumo. A unidade familiar busca sua reprodução social, tanto no sentido material, quanto no sentido da família e para isso, “otimiza” seus recursos produtivos – meios para atender suas necessidades. Essa relação entre trabalho e consumo é definida internamente pela família, que é a unidade de decisão.

Na família, como unidade indivisível e como unidade de produção e consumo, quem consome é também quem trabalha. Embute a idéia da diferenciação e ciclo demográfico. As famílias se diferem pela sua composição e não são iguais ao longo de sua existência. A família começa com um casal, nascem os filhos que irão participar gradativamente da atividade produtiva, até o momento da saída de cada um para constituir uma nova família. Para o velho casal encerra-se um ciclo de vida, com a capacidade de trabalho expressivamente reduzida. Em cada momento da evolução da família, sua composição determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo, estabelecendo-se a idéia de estratégia de reprodução.

Chayanov foi um visionário pois entendia que os camponeses e os agricultores familiares são, por excelência, pluriativos, e que irão buscar, fora da unidade de produção familiar, formas de garantir sua reprodução social.

O modo de vida camponês na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul foi bruscamente truncado nos anos 60 e 70, com a revolução verde, a quimificação da agricultura e a mecanização. Foi a denominada modernização da agricultura que conduziu à desestruturação da agricultura familiar e à diferenciação social. Esse quadro permanece até os dias atuais, com a exclusão de significativa parcela de agricultores familiares que encontraram na pluriatividade uma alternativa viável de permanecer no meio rural.

4 NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

4.1 As Integrações

O município de Garibaldi é o pioneiro na criação de frangos (galetos) em escala industrial. Em setembro de 1973 foi constituída a firma Pena Branca S.A. com integração entre todos os elos da cadeia: matrizes, incubatório, fábrica de ração, agricultores e frigorífico que abatia os frangos em Caxias do Sul. Com o sucesso do empreendimento, no mesmo ano surgiu a Frinal (Frigorífico e Integração Avícola Ltda.), que abatia 5.000 aves por dia e hoje abate 70.000/dia, com 350 produtores integrados nos municípios de Garibaldi, Carlos Barbosa e Boa Vista do Sul. Posteriormente, surgiram o Frigorífico Chesini, o Frigorífico Nicoloni e o Frigorífico Frango Nosso LTDA.

No início da década de 70, o frango era abatido com 75 dias de idade e peso de 2,5 kg, vivo. Hoje, é abatido com 45 dias e o mesmo peso. Na fase inicial de implantação da avicultura no município, o colono detinha o controle dos meios de produção. Ele adquiria o pinto, fazia a ração em casa e na hora da venda, quando o lote estava pronto para o abate, procurava a empresa que oferecesse o melhor preço. As empresas que estavam à mercê da oferta dos colonos, criativamente, buscavam um sistema em que tinham o controle da produção: é a integração. A empresa entrega a ração, o pinto, oferece assistência técnica, serviços laboratoriais e medicamentos. O colono contrata a mão-de-obra, os equipamentos e os criatórios. O poder de barganha do colono é reduzido.

O município de Garibaldi chegou a ter a maior criação de frangos do Rio Grande do Sul e a segunda do Brasil. Na década de 90, com as emancipações dos distritos de Boa Vista e Coronel Pilar, perdeu essa liderança.

4.2 A Tradição Leiteira

Em Carlos Barbosa, a maioria dos colonos sempre teve na produção leiteira a sua renda mensal e essa tradição, iniciada em 1911, com o pioneirismo da Cooperativa Santa Clara, ultrapassou o século.

A preocupação dos colonos na melhoria zootécnica do rebanho remete aos anos 20, quando touros holandeses de alto potencial genético, procedentes da Fazenda Pacote do Cel. Nicolau Kroeff (Montenegro) e da fazenda de Julio Brunelli (Santo Antonio da Patrulha), são introduzidos nas propriedades.

O rebanho holandês (raça predominante) teve um salto de qualidade, também pioneiro no estado, que foi a criação de um serviço de inseminação artificial, em 1952, num convênio entre a Secretaria Estadual da Agricultura (Departamento de Produção Animal) e Cooperativa Santa Clara. O funcionário cedido pelo estado, Sr. Reinaldo Dalcin, inseminava em torno de 10 matrizes por mês. Essa tecnologia, ousada para a época, foi bem acolhida pelos colonos, refletindo no considerável aumento da produção de leite no município.

Como a região se caracteriza pelo minifúndio, a venda de novilhas excedentes tornou-se um negócio lucrativo para os colonos a partir dos anos 60. O município de Carlos Barbosa tornou-se um dos maiores exportadores de vacas que formaram outras bacias leiteiras no estado e até fora dele.

A constante especialização do setor foi selecionando e excluindo agricultores. Nos anos 70, a entrega de leite era de, no máximo 200 litros/dia, e agora, a quantidade entregue chega a 500 litros/dia, com a mesma área, redução de mão-de-obra e adoção de tecnologia avançada. Em contrapartida, aqueles agricultores que forneciam até 30 litros/dia, nos anos 70, hoje estão à margem do processo, abandonando a atividade e buscando outras alternativas de viabilização da propriedade.

A produção e a produtividade são cada vez mais elevadas, a margem de lucro é cada vez menor, a necessidade de investimento é contínua e progressiva, daí os agricultores enquadrados nesta estratificação constituírem um grupo de risco em potencial.

4.3 Os Anos Áureos da Batata

Na agricultura colonial italiana, por décadas, o município de Carlos Barbosa foi destaque no cultivo da solanácea. Na região de colonização alemã, destacava-se o município de Dois Irmãos.

Nos anos 60, a área plantada em solo barbosense atingiu a quantidade de 3.700 hectares, considerando a primeira safra (primavera/verão) e a safrinha (outono/inverno). A variedade denominada Baronesa, de pele rosa, adaptada ao solo da região, predominou absoluta até os anos 90, quando a partir de então foram introduzidas variedades de película branca.

O definhamento da cultura no município e na região foi súbito. Vários fatores foram responsáveis pelo quadro, entre eles, a exigência do mercado consumidor no que diz respeito a um produto de aparência lisa mesmo que à força do uso de agrotóxicos; a dificuldade de mecanização pelo declive e pedregosidade dos solos; o constante aviltamento do preço em decorrência da excessiva intermediação; altos custos de produção e abertura de mercados com a invasão da batata proveniente da Argentina e de outros estados.

Atualmente estima-se que área plantada esteja em torno de 350 hectares nas duas safras.

4.4 A Tradição no Turismo

O turismo rural teve início em 1910 na localidade de Desvio Blauth (Farroupilha/RS). A localidade foi berço nacional na atividade. Com a ferrovia, veranistas (hoje turistas) acudiam à serra em busca da farta gastronomia, das belezas naturais e do fascínio da topografia montanhosa. Caxias do Sul, denominada de Pérola das Colônias, centralizava o esplendor das colônias vizinhas. A Festa da Uva, a partir da década de 30, divulgava os feitos da indústria, comércio e agricultura. Uma vasta rede hoteleira foi montada nas vilas e cidades. Numa época em que poucos iam à praia, passar uma temporada na serra, era o sonho de quem residia em urbes maiores. O charme do champanhe (Garibaldi), quando em 1915 Manoel Peterlongo iniciou a fabricação e nos anos 40 Georges Aubert, vindo da França, também se especializou na bebida, embriagava os veranistas. O secular Hotel Casacurta (Garibaldi) era o ponto de encontro dos sociáveis da época. Com todo o seu glamour, foi testemunha da lua-de-

mel do ex-presidente João Goulart. Intelectuais influentes costumavam fazer de Garibaldi a sua segunda moradia . Essa herança turística se perenizou e, felizmente se recicla, o que faz do turismo uma permanente fonte de renda. Em Garibaldi a arquitetura singular foi sabiamente preservada. Segundo a Prof^a Loraine Slomp Giron, em texto elaborado especialmente para essa monografia, “as atividades econômicas ligadas à produção da uva e do vinho estão sendo absorvidas nas rotas turísticas no início do século XXI. Hospedarias, restaurantes e parques temáticos vão se somando às cantinas e aos parreirais, nos mesmos locais onde vicejaram outrora as casas comerciais, as ferrarias e os poteiros. Ao que tudo indica, os colonos que permaneceram em suas terras, vivendo na comunidade ancestral, têm mais chances de guardarem sua identidade e cultura.”

Carlos Barbosa, a partir dos anos 70, devastou a arquitetura construída pelos imigrantes. Perderam-se os referenciais e a identidade. Despersonalizaram-se os símbolos. Nos anos 10 a 20, a vila contava com sete hotéis e em 1913 havia um cinema. No meio rural de Carlos Barbosa e Garibaldi, com a diferenciação social a partir do progresso técnico dos anos 60, os escassos agricultores que ficaram à margem da evolução tecnológica mantiveram a arquitetura camponesa original. Hoje, são potenciais para exploração em rotas turísticas e se vislumbra um futuro promissor para os colonos, as comunidades e os municípios. É o caso da rota denominada *Caminhos de Pedra* na Colônia São Pedro em Bento Gonçalves, onde revitalizou-se o núcleo arquitetônico em que a pedra de basalto, com suas inúmeras tonalidades, seduz o turista.

No final da década de 70 a ferrovia Porto Alegre - Caxias do Sul foi desativada. Morre o símbolo do crescimento regional, responsável pela vida, pelo progresso local e pelo desenvolvimento do turismo na região.

4.5 A Abertura da Rodovia São Vendelino

A Estrada Imperial Buarque de Macedo liga Montenegro a Lagoa Vermelha. Em seu leito fizeram-se os caminhos da integração e da imigração. No início do século 20, a ferrovia Porto Alegre – Caxias do Sul, no trecho compreendido entre Montenegro e Carlos Barbosa, corria paralela à estrada.

A grande reivindicação da região, iniciada nos anos 30, era a abertura e pavimentação

do percurso Bento Gonçalves – São Sebastião do Caí. Esse sonho foi concretizado somente em 1970, com a inauguração da Rodovia São Vendelino.

Vivia-se um período de euforia no cenário nacional, marcado por políticas públicas de impacto, notadamente na abertura de novas rodovias cortando e interligando o país.

A indústria regional se expandiu vertiginosamente com a abertura de novos mercados.

Caxias do Sul que, na década de 50 liderava a economia regional com a BR-116, a primeira rodovia gaúcha ligando o estado ao resto do país, passa ter outros concorrentes.

Empresas como o Grupo Tramontina de Carlos Barbosa, como as integradoras avícolas de Garibaldi e a indústria moveleira de Bento Gonçalves, escoam fácil e rapidamente sua produção.

Novos pólos de desenvolvimento local nascem e se consolidam com a rodovia. É o caso de Veranópolis e Nova Prata.

4.6 O Papel da Mulher na Agricultura Familiar

Na Itália a mulher sempre desempenhou um papel de submissão. Dizia-se nas aldeias que era mais barato manter uma mulher como transportadora de carga do que uma mula. Os trabalhos mais insalubres e degradantes quem fazia era a mulher. Elas trabalhavam na colheita do linho e tinham tamanha ojeriza ao trabalho que, durante o mês que antecedia à colheita, eram acometidas pela “febre do linho”. Foram objeto de domínio cruel, injusto e desumano, de resquícios medievais, onde o patriarcado é o primeiro mandamento da lei de dominação.

Aqui no Brasil não foi diferente. Não tinham direito à herança, ao voto, e na competição com o homem sublimaram a sensualidade e a sexualidade, masculinizando-se em nome da religião, do trabalho e a da permanente renúncia, pois a família era o esteio de uma estrutura incontestável. Pesquisa realizada pela Prof^a Loraine Slomp Giron, da Universidade de Caxias do Sul, aponta dados estarrecedores. No final do século XIX, na colônia de Caxias do Sul, as mulheres trabalhavam em média 16 horas/dia e 84% das atividades que não geravam renda eram executadas pelas mulheres. Os homens tinham o domínio do dinheiro. Na mesma pesquisa, os dados confirmam que cem anos depois, a realidade não havia mudado.

A mulher, agora denominada trabalhadora rural pela legislação brasileira, carregou o estigma de ser dona de casa, do lar, quando o seu mundo era a roça, a educação dos filhos, a total dedicação à família, e quando até no lazer o trabalho estava presente.

A herança maldita fez com as mulheres trabalhadoras rurais, com profundas mágoas e até com rancor, não desejassem a permanência de suas filhas na agricultura. O dito dessas trabalhadoras rurais, que sempre tiveram pouca vez e voz, foi “eu não quero que minhas filhas passem pelo que eu passei”. Dados atuais registram que na agricultura familiar da região sul do Brasil, existe 1,7 rapazes para cada moça. É a masculinização do meio rural. Na década de 80, com a abertura democrática, as trabalhadoras rurais foram à luta, em busca do reconhecimento da classe. Uma das grandes conquistas foi a aposentadoria obtida com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Se houve uma política pública de tamanha justiça social de distribuição de renda, de reconhecimento e de viabilização da agricultura familiar, essa foi a aposentadoria da trabalhadora rural aos 55 anos de idade, redimindo as injustiças passadas, quando três gerações foram para o cemitério, no silêncio e na resignação.

O Estatuto da Terra de 1964 contemplava em um de seus capítulos a aposentadoria do trabalhador rural a partir do 65 anos de idade, recebendo meio salário mínimo. Com a Constituição de 88 o agricultor foi beneficiado com um salário mínimo. A penosidade do trabalho na agricultura errudiu os corpos, sulcou os rostos, alquebrou colunas; a inexistência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar fez com que houvesse uma fuga silenciosa para as cidades.

Quando a mulher trabalhadora rural perde a sua crença, sufoca seus sonhos, abandona o papel de mediadora e conciliadora, abalam-se as estruturas da unidade de produção familiar. Essa desestruturação da base familiar tem início nos anos 70, quando o hermético mundo agrícola abre as janelas para o mundo.

No século XXI uma simples política pública que concedeu a aposentadoria para a mulher trabalhadora rural oxigenou a propriedade agrícola. Um modesto salário mínimo revitaliza as escassas forças de um modelo que resiste há séculos e diante de tamanha complexidade, se recicla.

4.7 O Preço do Conforto

O agricultor, até os anos 70, estava distante e alheio ao consumismo. Quase tudo era produzido na propriedade. O progresso técnico provocou a diferenciação social e a especialização em uma ou mais culturas e/ou criações, com a exclusão de significativa parcela de agricultores. Trata-se de mais uma das inúmeras crises do sistema produtivo colonial. O atenuante para o período é que os excluídos do meio rural encontram ocupação na cidade.

Os hábitos e valores da cidade invadem o campo, desfigurando o ingênuo e bucólico mundo camponês. A simplicidade, a rotina feliz em contato com a natureza, com as criações e plantações, a família unida e fortalecida pela fé intensa eram o reduto da paz e do bem-estar. A capela, o salão comunitário, a festa do padroeiro, os casamentos, os jogos de cartas, a missa, o cemitério e a escola eram a extensão do lar, onde os vínculos de solidariedade e de sociabilidade se consolidavam.

A vila e a cidade eram um espaço distante onde se concentravam os serviços essenciais tais como: médico, farmácia, cooperativa, comércio mais diversificado, os eventos mais significativos e com periodicidade definida, missões religiosas, recepções políticas, rodoviária e estação ferroviária.

A partir da década de 70, os agricultores vão incorporando novos hábitos de vida. Os salões comunitários são ampliados, remodelados e muitos, construídos. Ocorre um surto de “modernidade” na infra-estrutura comunitária, com telefonia, postos de saúde, futebol de campo e de salão, poços artesianos, rede elétrica monofásica (atualmente trifásica) e calçamento de algumas ruas. A televisão abriu as portas para o mundo, fazendo o contraponto entre a pacata vida dos colonos e o frenético ritmo de vida dos grandes centros urbanos. Há uma invasão de eletrodomésticos nos lares. Ocorre uma emulação entre as famílias que se comparam. O carro que nos anos 60 fazia com que as pessoas abrissem as janelas para observar a novidade, agora se incorpora ao meio rural. Com a ruptura daquela agricultura de auto-suficiência para uma agricultura quimificada e mecanizada, surge uma nova fotografia nas propriedades rurais. O colono torna-se dependente das relações capitalistas. A adoção do conforto significa um aprisionamento da família rural, que vende a sua produção com poder de barganha cada vez menor num mundo de necessidades cada vez mais crescentes.

4.8 Da Crise Nascem Alternativas de Reprodução da Agricultura Familiar

A globalização e o Mercosul foram duros golpes para a agricultura familiar. Sem mecanismos de defesa, o país viu-se invadido por produtos do mundo todo. A competição foi desleal e predatória. Sem proteção de políticas públicas adequadas e com a Argentina, grande produtora de alimentos, competindo diretamente com a agricultura familiar da região sul do Brasil, sobrevém uma crise sem precedentes. Com uma organização frágil, resultado de uma cidadania em construção, e um governo que escancara as fronteiras, um movimento começa a criar corpo no cenário nacional: trata-se da mobilização e sensibilização da sociedade sobre a expressão e importância da agricultura familiar.

Depois de séculos de isolamento, o agricultor familiar mostra seu rosto para a sociedade que sempre o via como sendo símbolo do atraso, da ignorância e da vergonha da profissão. O PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de 1996, foi a conquista mais sólida do século.

Se até a década de 90, ocorria a fuga intensa dos jovens para os grandes centros urbanos, atualmente o processo está mais ameno, principalmente pela saturação das oportunidades de trabalho oferecidas por parte da indústria e também pela perda de qualidade de vida na cidade.

Há 125 anos passados, nos primeiros tempos da colonização, o trabalho agrícola e o não agrícola se fundiam, criando um complexo de saberes na relação com o meio, onde o ofício do colono o identificava. O panorama de nossos dias sinaliza uma reprodução quase fiel do modo de viver do imigrante. Esse é o fascínio da agricultura familiar, com seu apego telúrico, com suas raízes que se intercalam entre frágeis e sólidas, lutando para não desaparecer. Há algo de misterioso e incompreensível nessa constante busca pela sobrevivência e pelos elos que prendem à terra. Na verdade, historicamente, o processo de desenvolvimento capitalista no mundo e no Brasil, para alcançar êxito, ensejou de forma intensa a exclusão social. Nesse sentido, desenvolvimento e exclusão social caminham lado a lado, sob a ótica do capital.

Houve quem migrou para a cidade, quem se integrou às agroindústrias e aqueles que permaneceram na colônia. Nesses, encontram-se agricultores de subsistência, agricultores de tempo parcial (pluriativos), agricultores em transição, assalariados, parceiros, arrendatários,

sitiantes e os aposentados urbanos, outrora agricultores, que retornam à atividade agrícola.

A grande novidade dos anos 90 foi a revalorização do espaço rural, provocada pela violência das cidades, a favelização, a falta de perspectivas, o desemprego e a intensa mobilidade em busca de oportunidades. As urbes incharam, não oferecem qualidade de vida, sofrem de agudos e crônicos problemas ambientais e o rural é visto pela ótica do lúdico, carregado de simbologias e utopias. A natureza agora é interpretada como harmonizadora do corpo e da mente, como terapia para o stress. O novo mundo rural persegue o desenvolvimento atuando articulado, integrando e valorizando o capital humano.

O turismo rural e a pluriatividade se alimentam reciprocamente neste novo projeto de desenvolvimento. É o fastio das cidades que impulsiona uma visão lúdica de que no território rural é possível viver com dignidade. Junte-se a isso o crescente anseio da população urbana em consumir alimentos mais puros e saudáveis e a agroecologia é uma possibilidade concreta.

4.9 O Capital Social e o Desenvolvimento Local

“A unidade familiar de produção (...) não é apenas uma forma de produzir safras e criações. É uma forma de produzir gente - boa gente” (Paarlberg, 1976).

O professor Ricardo Abramovay, no documento *O capital social dos territórios*, repensando o desenvolvimento rural, apresenta questões profundas de uma análise detalhada, enfatizando a noção de capital social, desenvolvimento territorial e desafios.

A noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e que seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. Coleman (1990, p.302), ensina: “o capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura”.

Na perspectiva de Coleman e Putnam o capital social é um conjunto de recursos de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade.

Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Vem da Itália o programa de pesquisa mais influente com relação à dimensão territorial do desenvolvimento.

Para Swedberg, os territórios não são entidades dadas de uma vez por todas por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir.

É necessário tratar-se da construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

São várias as iniciativas já existentes tais como: os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, a instalação de Secretarias Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos Fundos Constitucionais e sobre a própria política agrícola. Apesar disto, há ainda uma enorme distância entre a teoria e a prática e os resultados, desenvolvimento sustentável estão em trabalhos isolados, porém, já conhecidos.

O mais importante desafio que as forças capazes têm pela frente, em princípio, é levar adiante um pacto de desenvolvimento territorial, que consiste na mudança do ambiente educacional existente no meio rural. Fica na propriedade aquele filho com menos vocação para o estudo. Historicamente, a escola e a estrutura educacional vigente no país não possuem mecanismos e pedagogia apropriada para manter o agricultor familiar e, principalmente o jovem, no ambiente rural. O Brasil não possui, até hoje, uma proposta de educação voltada ao meio rural.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Inúmeras justificativas não são suficientes para explicar o atraso em que se encontra a maior parte da população que aí vive.

Torna-se indispensável dotar as populações, vivendo nas áreas rurais, das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos

territórios.

As assertivas de Ricardo Abramovay coincidem com a realidade também da região da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. No meio rural há grandes dificuldades em criar uma teia de relações duradouras e confiáveis. Nos últimos 30 anos ocorreu uma marcha silenciosa dos agricultores para as cidades. A sociedade inerte não esboçou o menor sinal de reação para entender o fenômeno. A falta de políticas públicas, o sistema educacional, outros aspectos da geografia humana como o envelhecimento e masculinização, a nucleação das escolas sem critério algum, o dicotômico sistema cooperativista, o sindicalismo assistencialista entre outros fatores foram os responsáveis pelo esvaziamento da agricultura familiar.

4.10 Possibilidades de Mudança

Os agricultores que permaneceram no seu meio sustentam a esperança de mudanças. O apego às raízes, a história, o lote colonial e a vontade de trabalhar tudo isto ainda persiste.

O mundo que era restrito à capela, hoje não tem limites de fronteiras e eles se sentiram e se sentem frágeis, desamparados e vêm com preocupação a súbita degradação, a erosão econômica e social.

Num modelo excludente, seletivo e individualista, sozinhos não conseguem encontrar alternativas para buscar solução. Como agir localmente e pensar globalmente? Há uma quebra total de confiança nos embates sociais.

Não há um receituário para a superação destes limites, mas precisa haver um projeto integrado de desenvolvimento, e Casarotto Filho e Pires chamam de Pacto Territorial, recomendando que deve responder a cinco requisitos:

Mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”.

Contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto.

Definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território.

Realizar o projeto em um tempo definido.

Criar uma entidade gerenciada que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial.

4.11 A Pluriatividade como Estratégia de Reprodução da Agricultura

Familiar

A pluriatividade na unidade familiar de produção, na encosta superior do nordeste e não muito diferente nas demais regiões do mundo, tem seu nascedouro nos surtos espasmódicos das crises, são sístoles e diástoles de um modelo que tenta se reciclar frente ao sistema capitalista de produção.

Segundo Sergio Schneider, em sua tese de mestrado e doutorado, a pluriatividade é entendida como sendo o exercício de mais de uma atividade remunerada. Ela se manifesta atualmente através de uma multiplicidade de formas, em situações de tempo e espaço distintos e como uma estratégia de reprodução da unidade familiar de produção. A combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família caracteriza e define a pluriatividade que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso, como representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. A adesão à pluriatividade algumas vezes provoca modificações na organização da unidade produtiva agrícola, estimulando o uso da terra para cultivos permanentes, como o reflorestamento ou a agricultura de subsistência. Outras vezes a pluriatividade de membros da família não afeta a produção agrícola, caracterizando-se basicamente como estratégia de emprego, de mão-de-obra excedente.

A pluriatividade cresce no mundo em decorrência dos seguintes fatores:

a) A individualização da agricultura.

Com a tecnologia, a necessidade de mão-de-obra diminui, e o agricultor torna-se um ator coadjuvante do processo produtivo, excluindo membros da família.

b) Queda das rendas agrícolas.

Os preços agrícolas são atrelados ao capital financeiro industrial, via complexos agroindustriais.

c) Políticas públicas de desenvolvimento rural.

Iniciadas na Europa com a reforma da Política Agrícola Comum – PAC, na década de 90, quando foram desenvolvidos programas para manter os agricultores no espaço rural, mesmo sem nada produzir.

d) Transformações do mercado de trabalho no período pós-fordista..

Trata-se da descentralização industrial e industrialização difusa, iniciada na Itália e que se expandiu pelo mundo. No Rio Grande do Sul, exemplo disso é o setor calçadista que descentralizou seu processo produtivo, instalando-se em pequenos municípios e no interior nas comunidades rurais.

e) Como sendo modo de funcionamento das unidades de trabalho familiar.

Trata-se de entender a pluriatividade como sendo uma característica inerente ao modo de organização e reprodução da unidade familiar.

Para José Graziano da Silva, expoente do estudo do “novo mundo rural” no Brasil, três fatores contribuem para a emergência dessa situação. Primeiramente, a emergência das atividades não agrícolas e da pluriatividade são decorrentes do próprio processo de “urbanização do campo”, resultante de um “transbordamento das cidades” e do mercado do trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. A segunda razão explicativa decorre da crise do próprio setor agrícola, particularmente, a partir da abertura comercial dos anos 90. A terceira causa estaria relacionada aos limites de crescimento do próprio emprego agrícola, devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego, vigentes na estrutura agrária brasileira.

5 CAMINHOS DE PEDRA E GRUPO TRAMONTINA: A VIVÊNCIA DA PLURIAATIVIDADE

5.1 Conceito de Turismo

Existem múltiplas definições para conceituar turismo, dentro das diferentes visões: econômicas, técnicas e holísticas.

Na definição econômica Herman Von Schullard prega o turismo como “A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Muitas são as definições técnicas de turismo apontadas por organizações governamentais e privadas do turismo. A Organização Mundial de Turismo assim define: “O turismo compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem fora de seu entorno habitual, por um período não maior que um ano consecutivo, por prazer, negócios e outros propósitos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar que se visita”.

A definição holística mais abrangente foi elaborada por Lord Curzon, governador-geral-da-Índia (1859-1925) que destaca: “O turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua, mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma Viagem com destino sempre à frente, mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros”.

5.1.1 Histórico

No século XII nos caminhos de São Tiago de Compostela teria sido o início do Turismo Rural no mundo. Os peregrinos na sua longa caminhada de mais de 800 Km entre a França e a Espanha passavam pelas aldeias, paravam em rústicas pousadas e compartilhavam de raros e únicos momentos de beleza e interiorização. A religiosidade foi o embrião do turismo rural.

Também se deu espontaneamente, pela necessidade de acolher os caçadores e pescadores que, nos Estados Unidos e Nova Zelândia, adentravam o interior do país, durante a temporada desses esportes. Inicialmente os moradores destas comunidades recebiam gratuitamente os visitantes, mas com o passar do tempo perceberam que poderiam obter renda com este fluxo, oferecendo hospedagem, transporte, alimentação, recreação e outros, cobrando uma taxa por estes serviços.

Na Europa e na América do Norte, o turismo é explorado desde os anos 50, onde é habitual receber turistas no campo, e hoje é largamente difundido.

No Brasil, é uma atividade recente, tendo seu início se verificado no município de Lajes, em Santa Catarina, como uma alternativa ao aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes na região.

5.1.2 Turismo na Região

No Rio Grande do Sul, com o advento da estrada de ferro, Porto Alegre - Caxias, em 1910, na localidade de Desvio Blauth, recanto habitado por alemães, interior do município de Farroupilha, um pastor luterano, de sobrenome Blauth construiu posadas em meio a uma luxuriante mata de araucárias e belos lagos.

A região colonial italiana foi pioneira na abertura e expansão do Turismo Rural. A vila de Carlos Barbosa, em 1912, possuía 7 hotéis. A ferrovia chega em 1917 a Garibaldi, em 1918 a Bento Gonçalves. A vila de Monte Belo do Sul começou a despontar. A partir daí, o fluxo de veranistas cruza o Rio das Antas e descobre Veranópolis e a Vila de Monte Vêneto, hoje Cotiporã. Naquele período não se falava de praias. Canela e Gramado não tinham a infra-

estrutura que a região colonial italiana possuía. A partir de 1930, Caxias do Sul, denominada Pérola das Colônias, atraía turistas com o seu evento máximo, a imponente Festa da Uva.

Com a mudança do perfil econômico da região, a abertura de estradas para o litoral, os veranistas mudaram de rota, foram para outros caminhos. Iniciou-se a rápida decadência do turismo colonial. Canela e Gramado têm a primazia e vendem o glamour da serra em detrimento de outros municípios precursores que, apáticos, não esboçaram reação.

Nos anos 60 a rica e peculiar arquitetura colonial camponesa em que pedra e madeira se fundem em harmoniosa combinação com o meio, começa a ruir. A vergonha das origens e a perda da identidade de um significativo percentual da população esfacelam o processo de turismo até então presente.

O ingênuo e bucólico mundo colonial camponês vai perdendo a sua língua e com ela todas as suas manifestações culturais.

A cidade invade o interior e vice-versa e os valores são alterados.

Nos últimos anos, um fenômeno antropológico está ocorrendo na região. É o renascimento da história, da escassa memória oral, da genealogia das famílias, dos estudos do meio, todas as suas manifestações, enfim, é o retorno do turismo rural de uma forma saudosista, já que o presente é agressivo e o futuro é incerto. A imagem do passado é positiva, criando um alento, dando a impressão de que existia qualidade de vida, explica-se: os córregos, os riachos e os rios não eram poluídos, a alimentação era mais sadia, não existia o estresse de hoje, havia o encontro, a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade. Há uma necessidade de reconquistar estas perdas e o turismo rural é uma das alternativas.

5.1.3 Turismo Rural: uma Alternativa Econômica na Velha Colônia

As atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural. Para Joaquim Anécio Almeida e Mário Riedl em seu livro “Turismo Rural” deve-se destacar que, no período recente, a definição do que se entende por “espaço rural” vem sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas também pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande

medida, estão contribuindo para a redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana”.

Na opinião de Lage (2000), Emilone (2000), os empregos resultantes do desenvolvimento turístico podem ser divididos em três categorias:

- empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;
- empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos;
- empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Tendo em vista a caráter sustentável, o turismo rural familiar (organizado e qualificado), que valoriza o meio ambiente e a cultura local, torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades comerciais alternativas, com o objetivo de proporcionar a manutenção da população nos seus locais de origem (Graziano da Silva, 1998).

A experiência consolidada do Projeto Caminhos de Pedra, Colônia São Pedro, em Bento Gonçalves, demonstra que os estudiosos e os diferentes autores com recentes publicações sobre turismo rural estão corretos nas suas análises e avaliações. São aproximadamente 100.000 turistas por ano que visitam o sítio histórico cultural, ouvindo a história de cada estabelecimento contada pelos próprios agricultores, adquirindo os produtos das agroindústrias familiares existentes, ao som da Banda São Pedro e do Coral San Pietro, grupo de danças e grupo de flautas.

O salto de qualidade de vida dos moradores do abandonado distrito superou as expectativas, com o mérito de fixar os jovens em seu meio. Outras comunidades da região são beneficiadas por agregarem valor à sua propriedade, com a fabricação de artesanato a exemplo da Associação das Trabalhadoras Rurais do município de Protásio Alves – RS composta por mais de 50 mulheres que fazem a *dressa* (trança com palha de trigo) de uma variedade especial, trazida pelos imigrantes italianos. Com a mesma surge uma infinidade de produtos vendidos na região (Hotel Dall’Onder com demonstração da elaboração aos turistas) e nos Caminhos de Pedra.

Os embutidos, os laticínios, os doces, marmeladas, geléias, licores, erva-mate, massas, pães, farinhas, extrato de tomate, teares, vinhos, suco de uva, hortigranjeiros, refrigerantes, flores, artefatos em couro, chás, produção de queijos e derivados de ovelha da raça “Laucone” adquirem uma simbologia do mundo multifacetado da agricultura familiar.

O turista intercambia vivências e seduzido pelo clima de hospitalidade adquire os produtos para si, para a família e para os amigos.

O projeto Caminhos de Pedra iniciado com inúmeras dificuldades como: descrença inicial, estrada em péssimas condições, excessivo individualismo e falta de recursos, foi superando um a um os obstáculos, e passados dez anos, consolida-se como uma grande e próspera alternativa de renda aos agricultores envolvidos no mesmo.

5.1.4 Perspectivas para o Turismo Rural e o Desenvolvimento Local

Vivemos num tempo de velocidade acelerada de informação e de escassez de tempo para reflexão. Generaliza-se a busca de formas alternativas de vida e o turismo rural é uma delas, por isso que, muitas pessoas se identificam com o mundo rural.

Leopold Gfallner diz que “um povo que não conhece e não preserva sua história é um povo sem passado, e um povo sem passado é um povo sem presente”. Fazer a pessoa percorrer o caminho de volta e entrar em contato com o mundo dos seus antepassados é possibilitar-lhe repensar sua existência, seus sentimentos, suas opiniões; é leva-lo a sentir-se parte integrante de uma história e cultura; é inseri-lo, como personagem, no retrato de família que o mundo dos objetos nos oferece.

Nas linhas, capelas e vilas multiplicam-se experiências adaptadas à sua realidade a partir do embrião gestado nos Caminhos de Pedra. São exemplos: O Caminho da Colônia em Caxias do Sul e Flores da Cunha, a Estrada dos Imigrantes em Caxias do Sul, o Vale dos Vinhedos em Bento Gonçalves, a Rota dos Espumantes em Garibaldi, Bento Gonçalves e Monte Belo, o Caminho das Velhas Colônias em Maratá, Brochier, Salvador do Sul, São Pedro da Serra e Barão, os Caminhos de Faria Lemos no distrito de Faria Lemos, os Caminhos da Imigração em Antônio Prado, o Turismo Ecológico em Cotiporã e um Passeio nos Parreirais em Monte Belo.

Estes empreendimentos são sustentáveis e terão perenidade no tempo, pois são iniciativas próprias (de baixo para cima) e distintas, não competitivas entre si, integradas no contexto regional com o monitoramento da ATUASERRA (Associação de Municípios da Encosta Superior do Nordeste) composta por 24 municípios associados, que vêm no turismo rural um diferencial e possibilidades de expansão consciente.

5.2 Transposição de Cultura

Para compreender os Caminhos de Pedra na Colônia de São Pedro, Bento Gonçalves é preciso retroceder no tempo e voltar à Itália. Em 1880, em Beluno, norte da Itália, o construtor Pietro Merlin e esposa Lúcia partem para a América e instalam-se em São Pedro, seguidos de outros beluneses. Como na região de Beluno as casas eram de pedra e por encontrarem as mesmas em abundância aqui, construíram suas casas semelhantes às de além mar.

É uma herança de uma cultura camponesa de 4 mil anos de história, hoje resgatada.

5.2.1 Caminhos de Pedra

5.2.1.1 Histórico

Até a década de 70, a estrada que ligava Bento Gonçalves a Farroupilha passava pelo distrito de São Pedro. Constitua-se numa via de grande importância, pois ligava Porto Alegre ao Alto Uruguai e ao Oeste Catarinense.

O comércio local beneficiava-se deste movimento intenso. Difundia-se a fama da farinha de milho Bertarello assim como dos objetos produzidos pela ferraria dos Ferri. Junto à capela de São Pedro, o Hotel Cavalet tornou-se o ponto de parada para as refeições dos ônibus interurbanos e interestaduais de longo percurso.

A abertura da RS-470 desviou este tráfego, privando São Pedro da clientela dos viajantes. O crescimento, num primeiro momento, estagnou e, posteriormente, regrediu. A população iniciou um êxodo em direção à cidade.

Essa queda brusca da atividade econômica, restringindo o poder aquisitivo da população local, propiciou a conservação de grande parcela da arquitetura característica da imigração italiana. A falta de dinheiro impediu que as antigas edificações fossem substituídas por novas ou descaracterizadas com reformas profundas.

O turismo reanimou São Pedro, infundindo novo alento a pessoas já prostradas pelo desânimo. Famílias dispersas voltam a se reunir. A comunidade motiva-se para resgatar a cultura ligada pelos avós imigrantes.

O projeto “Caminhos de Pedra”, localizado no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves, foi idealizado em 1992 pelo arquiteto Julio Posenatto e implantado pelo Eng. Tarcísio Michelin (proprietário do Hotel Dall’Onder) que sonhava transformar a região em pólo turístico. A partir de uma pesquisa que envolveu todo o município de Bento Gonçalves, a escolha recaiu neste distrito porque:

- possuía um acervo de alta qualidade, numeroso, variado e íntegro de prédios representativos das diversas funções da imigração italiana, concentrado em pequena área;
- acesso fácil e próximo à cidade;
- abundância de água, propiciando inúmeros estabelecimentos com força matriz através de rodas hidráulicas;
- paisagem rica em araucárias e beleza natural.

5.2.1.2 Da Idéia à Implementação

O projeto Caminhos de Pedra prevê uma concepção inovadora, mantendo a originalidade e a arquitetura camponesa edificada num período em que os colonos conheciam e trabalhavam com todos os materiais disponíveis no meio. Trata-se de uma arquitetura genuína, sem similar, exótica e de grande conforto ambiental. Um genuíno museu vivo. Apresenta uma visão fidedigna dos núcleos de imigração italiana no período do apogeu, em seus diferentes aspectos. A localidade conta com residências e prédios autênticos de outras funções: religiosa (a capela), comercial (casa de negócios, hotel) industrial (olaria, ferraria). Ao lado destes, serão construídos alguns didáticos, especialmente o moinho, a marcenaria, a destilaria, etc.

A arquitetura dos imigrantes italianos e seus descendentes presente no distrito de São Pedro, firmemente baseada na tradição da terra de origem, meio ambiente e atividades econômicas da nova terra e suas influências, retrata com fidelidade o caráter da gente que a erigiu: um povo dedicado ao trabalho, hábil com as mãos, possuidor de uma sólida herança cultural. Este acervo, além de testemunhar o valor do povo que o edificou, deixa valiosos ensinamentos para o presente, desde rumos para a questão habitacional até concepções para o sistema produtivo.

São previstos mais de noventa estabelecimentos e cada um é organizado como uma microempresa, gerida pela família proprietária. O turismo proporcionará viabilidade econômica para cada um. A partir do atrativo representado pela demonstração do funcionamento do equipamento tradicional, a receita é gerada pela venda dos produtos elaborados no próprio estabelecimento. Isso constitui mais um fator didático que demonstra a evolução do artesanato primitivo.

É exigido tanto para o atendimento de demonstração quanto para os produtos vendidos, um padrão de higiene, qualidade e autenticidade que garantem seriedade e reputação ao projeto.

As famílias da comunidade não envolvidas diretamente com os estabelecimentos de demonstração também participam do projeto, produzindo e elaborando os produtos típicos que são vendidos nestes estabelecimentos.

O projeto cuja finalidade principal está no resgate e promoção de uma cultura peculiar, tendo o turismo como viabilizador, proporciona a inúmeras famílias que viviam em condições precárias a melhor oportunidade de promoção social.

Até os anos 60 os colonos viviam na solidariedade, na ajuda mútua, na reciprocidade. Não havia competição entre eles. Organizaram-se em pequenas cooperativas e no distrito de São Pedro existia também uma cooperativa de vinho, produção básica da comunidade que faliu na década de 60.

O progresso técnico somado à lenta e agressiva entrada do capitalismo no meio rural provocou a diferenciação social na comunidade. Os colonos não são mais iguais. Há uma resistência daqueles que relutam em manter o modo de vida tradicional e aqueles que seduzidos pela dita “modernidade” apagam o passado de suas memórias.

O desencanto com o sistema cooperativo aniquilou a auto-estima das famílias que, por décadas, acreditavam na proposta da cooperação, herança herdada e mantida na luta para sobrevivência em meio ao mato, numa terra estranha.

O cenário de São Pedro já não era o mesmo. Casas fechadas, o parreiral desativado, as terras abandonadas e a fuga para a cidade ocorreu em massa, porém, a propriedade não foi vendida.

Essa foi uma das tantas razões para escolher que os Caminhos de Pedra recaíssem no distrito de São Pedro.

Com o advento do turismo, havia um caldo de cultura latente e favorável à implantação dessa proposta, viabilizando a idéia.

No distrito de São Pedro, composto por seis comunidades, a agricultura era diversificada com especialização no cultivo da videira. O moinho Bertarello, um dos pontos de atração turística, beneficiava na média 100 sacos de trigo por dia. A ferraria dos Ferri, montada em 1923, foi criada para atender os cavalos dos viajantes e fabricar todos os tipos de ferramentas e utensílios de metal para os camponeses da região. Chegava, no seu apogeu, ferrar 100 cavalos por dia.

Com a crise da agricultura familiar, com a mudança da rota da estrada, com o declínio dos moinhos coloniais pela legislação federal de 1964, acentuou-se o êxodo rural.

5.2.1.3 Organização do Projeto

Inicialmente, em 1992, o projeto Caminhos de Pedra foi coordenado pelo arquiteto Júlio Pozenatto e engenheiro Tarcisio Michelon, que contrataram pessoas especializadas para levar adiante a idéia. A partir de 1998 foi criada a Associação Caminhos de Pedra, formada pelos integrantes do projeto que estão a caminho da autogestão, sem a interferência de terceiros.

Maurem Fronza da Silva, no livro ‘Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável’, num estudo sobre “as alterações sócio-culturais nas famílias integrantes do projeto Caminhos de Pedra” salienta:

“Acompanhando o processo de implementação de um projeto de turismo rural, percebe-se as profundas transformações sofridas por uma família que opta por esse tipo de atividade. Antes mesmo de receber os turistas, cada membro do núcleo familiar precisa preparar-se para desempenhar seu papel da melhor maneira possível. Nesse momento, jovens e idosos, mas principalmente a mulher, passam a ser fundamentais na colhida dos visitantes. Ao marido continuaria o trabalho agrícola, sem o qual a propriedade fica descaracterizada. Entretanto, todos recebem um profundo impacto ao transformarem-se em empresários comerciais ou prestadores de serviço, após passarem a vida inteira ligados à produção primária. O aumento na renda significa uma nova condição social que deve ser considerada”.

O constante monitoramento e avaliação minimizam os efeitos nefastos, pois os agricultores têm a clara percepção de que a banalização e a vulgarização da proposta não deve afetar o seu modo de vida. As constantes mudanças que o projeto sinaliza são amplamente discutidas com todos, através de sua associação.

5.3 Resgate da Identidade do Colono

A globalização homogeneiza as comunidades no aspecto econômico. Há blocos de resistência que nascem isoladamente, que buscam preservar sua identidade, sua história, cultura, antropologia, enfim, buscam ser diferentes.

As pessoas encontram no turismo rural a utopia de um mundo ingênuo, tranqüilo e sereno que a urbe lhes nega. São seduzidas pela magia de um espaço onde é possível a reconquista de valores, da gastronomia, da cultura dos sotaques da língua, da pureza oral.

Na década de 90, nas colônias denominadas “colônias velhas” (alemã, polonesa, suíça, italiana, francesa), surgiu um surto em busca das origens dos antepassados. Proliferaram e proliferaram os encontros de famílias. Os países que expulsaram seus colonos e que os renegaram por um longo tempo buscam compensar o abandono do passado, através de intercâmbios e da dupla cidadania. Atualmente, os descendentes dos imigrantes enchem-se de orgulho da pátria-mãe, pelos laços legados e por longo tempo esquecidos. Este fenômeno, recente, tem trazido estudiosos, turistas, universidades e autoridades que, na troca mútua, se redescobrem num ambiente fraternal.

Esse fascínio pela civilização que os imigrantes criaram revolve o passado e todos se sentem como se estivessem na sua aldeia. Este sentimento telúrico é universal, não tem fronteiras, não cria barreiras, gera fraternidade e solidariedade. Os atos e gestos suprimem as

palavras. Há a compreensão da antropologia, da microhistória que sempre foi renegada sem a necessidade do uso da linguagem oral.

5.3.1 A Visão dos Colonos Empreendedores

Para se ter uma idéia precisa do confronto Turismo Rural X Pluriatividade foram entrevistados 6 empreendedores do Projeto Caminhos de Pedra que responderam as seguintes questões:

- O que o levou a investir no turismo rural?
- Houve mudanças significativas de comportamento na vida de vocês?
- Passados 10 anos que avaliação você faz?
- Quais os aspectos positivos e negativos desta caminhada?
- Como você vê a comunidade a partir do projeto?
- O turismo aumentou sua renda familiar?
- Você está satisfeito com o projeto de turismo implantado em sua propriedade?

No Moinho Bertarello, José Mário Bertarello, 85 anos, proprietário do Moinho Bertarello, construído em 1891, desativado em 1964, por imposição da legislação federal vigente, retomou suas atividades de moageiro junto com o filho Ailor, no início do Projeto Caminhos de Pedra, em 1992.

Nos tempos áureos, na região da Colônia São Pedro, o trigo era cultura indispensável para o colono. O moinho de José Mário Bertarello chegou a moer 100 sacos de trigo por dia.

[...] O projeto mudou 100% para melhor, o que me deu vida foi a volta do meu moinho!

[...] Agora só tem alegria, o contato com pessoas do mundo inteiro, o pessoal cantando no moinho, agora é pura alegria.

[...] O distrito estaria morto se não tivesse turismo!

[...] A renda familiar aumentou para todos e muita gente está vivendo basicamente do Projeto.

Ao lado do moinho, está em fase de conclusão uma casa de pedra que abrigará o armazém de secos e molhados e a bodega, representativo da época colonial onde o comerciante da capela, linha ou travessão detinha o poder econômico, político e social. O depoimento de Ailor e Jandira Bertarello traduz entusiasmo também neste empreendimento.

[...] Aqui vem gente de todo mundo. Passam 6 a 7 carros por hora, fora os ônibus.

[...] Por causa do projeto hoje temos asfalto.

[...] A farinha para a polenta é moída na mó de pedra que dá um sabor diferente e todos gostam!

Alguns quilômetros adiante, encontra-se em meio ao parreiral, uma centenária cantina de pedra construída em 1880 pela família Strapazzon, recém chegada de Beluno, norte da Itália. O local serviu de palco para algumas cenas do filme “O Quatrilho”.

Para a demonstração do processo artesanal do vinho e degustação em meio a um ambiente bucólico e totalmente lúdico, é cobrada uma taxa de R\$ 1,00 por pessoa. Para se ter uma idéia da abrangência e do crescimento do turismo rural nos Caminhos de Pedra, a Cantina Strapazzon recebeu, em julho de 2001, a visita de aproximadamente 197 ônibus, além de centenas de carros particulares. Em agosto, foram 107 ônibus e setembro, 100 ônibus.

O depoimento de Cristiane é eloqüente, e foi o primeiro estabelecimento a fazer parte do roteiro Caminhos de Pedra.

[...] Só trabalhar na roça não dava retorno. Quando se tinha produto não tinha preço, o tempo também não ajudava.

[...] Nós fomos os pioneiros e hoje damos emprego a outras pessoas. Continuamos fazendo as duas coisas: a roça e o turismo.

O turismo viabilizou a criação de várias agroindústrias, cada uma agregando valor à sua propriedade, de acordo com características peculiares. Assim, a Cantina Strapazzon implantou a Casa do Suco de Uva com capacidade de 15.000 litros. Outras agroindústrias, concomitantemente, se instalaram: embutidos, laticínios, geléias, licores, refrigerantes, extrato de tomate, *graspa*.

O artesanato aflorou, e as mulheres da colônia retomaram o antigo saber: crochê, macramé, bordado, a *dressa* (trança de palha de trigo) e outros. Wilson Strapazzon, grande defensor do turismo rural enfatiza o assunto:

[...] O turismo rural aumentou não só a nossa renda familiar, como a de 20 outras famílias. São 80 pessoas aproximadamente que de forma indireta fornecem produtos: salame, copa, queijo, licores, etc.

[...] No início houve dificuldade porque as pessoas não acreditavam. As pessoas estão se integrando porque precisam. O projeto está ajudando a comunidade a se integrar cada vez mais. É difícil porque nos lugares pequenos as pessoas querem cada vez mais para serem melhor que as outras.

Se até os anos 60 a cooperação e a reciprocidade foram valores fundamentais nas comunidades rurais, produto das dificuldades que o colono encontrou nas novas terras, com o progresso técnico ocorreu a ruptura, e se exacerbou o individualismo.

A Associação Caminhos de Pedra reacendeu a necessidade da cooperação. Surgiu de “baixo para cima” e tem como horizonte a autogestão do projeto Caminhos de Pedra Silvério Salvatti, primeiro presidente, atual vice-presidente da Associação e proprietário da agrovinícola Caminhos de Pedra, localizada na subida de uma colina, construída toda de pedra com uma arquitetura única e imponente. É o principal articulador do projeto.

[...] O projeto está solidificado, sem forçar ninguém a entrar, tudo o que acontece é de forma espontânea e a identificação com as raízes me faz sentir orgulho de fazer parte disto tudo.

[...] O projeto revitalizou a solidariedade já não existente nos meios urbanos. No meio rural, principalmente nos Caminhos de Pedra, há disponibilidade de ajudar. Eu, por exemplo, assessoro gratuitamente vários estabelecimentos pelo simples fato de ajudar e a satisfação de vê-los crescer.

[...] Nos Caminhos de Pedra não há mais êxodo rural. Os jovens buscam a informação fora e retornam para aplicar os conhecimentos na terra de origem.

A propriedade de Gilmar Cavalet, entrecortada de morros, coberta de parreirais, encontrou no turismo a forma de sobrevivência. Descrentes do sistema cooperativista pela

falta de pagamento das safras de uva e com uma família numerosa para sustentar, reavivaram as esperanças investindo na Casa das Flores.

Adelinda Cavalet ao ser questionada sobre os motivos de ter aderido ao projeto diz:

[...] Entrei no projeto porque sempre foi meu sonho fazer algo diferente e também era uma questão de sobrevivência e 90% dos agricultores estão procurando outra alternativa.

[...] A instalação da Casa das Flores é o que de melhor aconteceu na minha vida, além de arranjos que faço há 4 anos e agora vou trabalhar com flores de corte.

Historicamente, a mulher trabalhadora rural sempre ficou à margem do processo social. O lazer restringia-se aos filós, às sagras (festas), à missa de domingo ou ao terço e às visitas aos parentes e vizinhos da capela.

O projeto Caminhos de Pedra despertou e alimentou o potencial artístico das pessoas. Adelinda Cavalet comenta que:

[...] Lá a vida é mais bela, é sempre motivo de festa. As mulheres participam em tudo. Todas as noites a gente se reúne para alguma coisa. Na segunda à noite tem ensaio da banda, na terça, do grupo de danças; na quarta, futebol; na quinta, apresentação da banda; na sexta tem futebol de salão e churrasco, no sábado e domingo todos vão para o salão, local de encontro.

[...] Se não tivesse o projeto o distrito não teria vida e os filhos estão pegando amor e tem alternativa de continuar na colônia.

As nonas sempre souberam preparar condimentos, geléias, marmeladas e refrigerantes, cerveja branca, preta e a tradicional gasosa. Maristela Lerin, professora municipal, administra a Casa do Refrigerante e do Extrato de Tomate a partir das receitas de tradição secular, como ela enfatiza:

[...] Minha nona sabia fazer gasosa e ensinou minha mãe, que me ensinou. Hoje faço com a receita dela. O extrato de tomate aprendi com uma nona que tem 80 anos. Não tem produtos químicos e dura até 2 anos.

[...] Melhorou as condições de renda e conseqüentemente de vida de todos os moradores. São Pedro não seria nada sem o projeto.

5.4 A Harmonização com a Natureza

A agricultura, a partir dos anos 70, foi extremamente agressiva ao meio ambiente. A quimificação e o intenso uso de agrotóxicos conduziram a profundos desequilíbrios ambientais. A saúde humana começou a sentir os efeitos nefastos dos venenos: depressão, tumores malignos, problemas respiratórios e hepáticos, entre outros. Os danos ambientais se fizeram sentir com a contaminação das fontes, riachos e vertentes que, por sua vez contaminaram os alimentos de consumo humano e animal.

Os equipamentos para aplicação dos agrotóxicos são inadequados e não houve conscientização sobre os malefícios dos mesmos. Viam-se somente virtudes.

Após 30 anos, o quadro natural foi brutalmente alterado. É crescente nas populações das localidades da Colônia São Pedro e região a constatação da importância de mudanças relacionadas a este aspecto.

O programa de recuperação ambiental, denominado de Pró-Guaíba, foi implantado na Colônia de São Pedro – Caminhos de Pedra, e pelos resultados até aqui alcançados, pode-se afirmar que a alternativa será a agroecologia.

Pela proposta do projeto e com a reciclagem dos diversos atores do processo visualiza-se, a curto prazo, a adoção de práticas que respeitem o meio ambiente, que insiram o homem como agente integrado em harmonia com a vida. É o resgate de princípios éticos que foram se desestruturando pelo sistema capitalista onde prepondera a competição e o individualismo.

O Engenheiro Agrônomo Gilberto Luiz Salvador, que atua no Escritório Municipal da EMATER de Bento Gonçalves, trabalha com as comunidades envolvidas no Projeto Caminhos de Pedra e salienta:

[...] Muitos colonos do Projeto estão vendendo seus produtos nas feiras ecológicas da cidade de Bento Gonçalves, semanalmente. Eles entenderam que aquela agricultura dos adubos químicos e dos venenos prejudicou a todos: produtor e consumidor. Agora os colonos estão perdendo a dependência dos insumos externos.

O projeto dá ênfase à valorização de todos. As pessoas tomam consciência de suas capacidades, cresce a auto-estima e ao verem o resultado do trabalho, o coletivo se beneficia. .

Nota-se um envolvimento maior das mulheres em quase todos os estabelecimentos, o marido continua na sua atividade agrícola e a mulher atua em novas alternativas turísticas, sempre agregando valor à sua propriedade rural e engajando os filhos nestas atividades.

O arquiteto Júlio Pozenatto, idealizador do Projeto Cultural “Caminhos de Pedra” afirma: “Partimos da tese de que a herança cultural proporciona, com menor custo, as melhores oportunidades para o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade. Muito mais que a abertura de uma grande fábrica”.

Quanto ao valor de ambiência, Baudrillard (1973:82) diz que: “os objetos não são acidentes do sistema; a funcionalidade dos objetos modernos torna-se historicamente do objeto antigo, sem, todavia deixar de exercer uma função sistemática de signo. Um cesto guardado está, pode-se dizer, morto; porém, quando suporta o peso do milho, da uva, adquire vida, transforma-se.

É a conotação natural, a naturalidade de que, no fundo, culmina nos signos e sistemas culturais anteriores”.

Nisto está refletida a ação transformadora do homem sobre seu espaço vivencial, a exemplo dos Caminhos de Pedra.

5.5 Grupo Tramontina – Cronologia

Como já foi citado no texto, no ano de 1911, Valentin Tramontina montou sua ferraria na então vila Carlos Barbosa. A família de Valentin morava em Santa Bárbara, localidade pertencente ao município de Bento Gonçalves, atualmente fazendo parte do município de Monte Belo do Sul e lá fabricava ferramentas agrícolas. Valentin era um colono artesão, filho de imigrantes italianos e veio a Carlos Barbosa porque a ferrovia significava perspectiva de expansão.

Até 1930 a produção da ferraria era modesta. Valentin prestava serviços a empresas, entre elas, para Arthur Jacob, proprietário da refinaria de banha. Fazia consertos nas empresas e fabricava facas e canivetes. Podia ser considerado como um ferreiro urbano. A partir de então ocorrem algumas mudanças. O tradicional cabo de madeira das facas e canivetes é substituído pelo cabo de chifre e vários modelos são lançados e entre eles, um denominado “Santa Bárbara”.

Em 1932 Valentin agrega os primeiros colaboradores. São pessoas que residem na vila, trabalham na agricultura em tempo parcial e começam a fazer facas e canivetes nos porões de suas casas.

Valentin Tramontina , nascido em 1893, falece com 46 anos de idade, no ano de 1939. A partir daí assume a ferraria, dona Elisa Tramontina, esposa de Valentin, que desponta como uma empreendedora nata e arrojada. É ela que vai vender a produção nos mercados regionais e na capital.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45) caso não existisse a determinação e a coragem de Elisa, a ferraria teria sucumbido, aliás, predicados esses que existiram antes e depois deste período.

O ano de 1949 pode ser considerado como um marco na história do grupo. Trata-se da data em que Ruy José Scomazzon, barbosense de 20 anos, cursando a Faculdade de Ciências Econômicas da PUC – Porto Alegre, começa a prestar assessoria à Tramontina.

Ruy, com espírito de liderança, implanta planos ambiciosos, enfatizando a organização em todos os setores. Inaugura-se uma nova etapa. O caráter artesanal dá lugar a uma produção manufatureira.

Na década de 50, a empresa contava com 30 empregados e alguns representantes comissionados, espalhados pelo estado. Os canivetes representavam 90% do faturamento. Vem da Itália a tradição de ter no bolso um canivete, cuja denominação é *brítola*. Trata-se de um canivete com formato de pequena foice, utilizado principalmente na poda da parreira. A Tramontina sempre se destacou na fabricação desse canivete.. A empresa se capitaliza rapidamente, com inovações tecnológicas: laminadores, martelos, máquinas de esmerilhar e forjar. Estas inovações dinamizam a produção em série.

Com a presença do governador Ildo Meneghetti, em dezembro de 1956, foi inaugurada a ampliação das instalações da empresa e o novo escritório. Intensifica-se a produção de facas e ferramentas agrícolas. O ano de 58 marca a fundação da Metalúrgica Forjasul, em Porto Alegre, posteriormente transferida para Canoas.

Elisa Tramontina falece em 1961. As décadas de 60 e 70 são marcadas pela instalação de empresas do grupo em Garibaldi, Farroupilha e na Bahia e também pela admissão de novos

empregados. Houve um salto gigantesco. Dos 30 empregados existentes em 1950, a empresa passou a ter em seu quadro 557 funcionários no final dos anos 60.

Hoje o Grupo Tramontina emprega 5.010 pessoas. Exporta para 80 países e produz nas suas diversas unidades cerca de 10.000 itens. O grupo mantém vínculos de forte enraizamento nas as comunidades onde atua. Os agricultores pluriativos, entrevistados para essa monografia, têm orgulho de prestar serviços para a empresa. Nas famílias e nas comunidades há um forte anseio em trabalhar na empresa. Nas cidades onde a empresa tem unidades instaladas é notória sua participação em projetos culturais, esportivos, sociais e ambientais.

Para analisar a repercussão sócio-econômica e cultural dos agricultores pluriativos, foram entrevistados, inicialmente o senhor Ruy José Scmazzone, Diretor Conselheiro do grupo Tramontina, senhora Clarissa Turcatti Trombini, assessora do Departamento de Recursos Humanos, senhora Lúcia Fiorot Noal, diretora do Departamento de Recursos Humanos e o senhor Darci Cauduro, funcionário aposentado da Tramontina, empreendedor da área de Recursos Humanos da empresa.

Também por parte das entidades de classe e de Assistência Técnica, foram entrevistados os senhores Wilson Cichelero, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carlos Barbosa e André Marcelo Müller, chefe do Escritório Municipal da EMATER.

Para maior abrangência e compreensão da realidade a ser investigada, foram ouvidos agricultores dos municípios de Carlos Barbosa, Salvador do Sul e São Vendelino. Optou-se aprofundar o tema em duas comunidades de Carlos Barbosa, São Rafael e Cinco Baixo, pela grande concentração de agricultores pluriativos, cerca de 70 pessoas que, simultaneamente, mantém dupla atividade, trabalhando na agricultura e nas empresas do grupo Tramontina.

5.6 Síntese Histórica de São Rafael e Cinco Baixo

1) Cinco Baixo da Boa Vista:

A comunidade está a 25km da sede do município e 10km do distrito de Arcoverde. Faz divisa com os municípios de Barão e Boa Vista do Sul.

Conta com aproximadamente 100 famílias, e destas, 40 trabalham na colônia e na Tramontina. Os primeiros imigrantes chegaram na década de 1880, provenientes da região de Bérghamo, norte da Itália, trazendo um dialeto peculiar, denominado Bergamasco. Edificaram uma capela e um pequeno cemitério. Historicamente ficaram à margem do desenvolvimento por inúmeras causas, entre elas, a distância com a sede, a falta de estradas e a falta de energia elétrica; com relação à energia, esta comunidade foi uma das últimas a tê-la.

Praticavam uma agricultura diversificada. As famílias eram numerosas e reproduziam fielmente os sistemas agrários descritos nos diversos capítulos desta monografia, com o agravante de estarem distantes e isolados do mercado.

2) São Rafael

Contígua à comunidade do Cinco Baixo da Boa Vista, localiza-se São Rafael. Os primeiros imigrantes italianos chegaram entre 1879 e 1880. Ergueram uma capelinha e um cemitério e estavam ligados por íngreme e sinuosa estrada aberta pelos colonos até Arcoverde, outrora denominada Boa Vista. Dista 22km da sede e 7km do distrito de Arcoverde.

São aproximadamente 50 famílias, sendo que 15 trabalham na roça e na Tramontina.

As terras declivosas, de elevada pedregosidade favoreciam somente a agricultura de queimada nas encostas das montanhas.

Até os anos 50 a maior fonte de renda dos colonos era a banha que, transportada em carroças e mulas, era vendida no comércio de Arcoverde e Barão.

Barão era uma próspera vila, onde o fluxo dos produtos coloniais encontrava escoadouro.

O mundo camponês destas duas comunidades não sofreu progresso técnico e diferenciação social até os anos 80. É comum circular pelas estradas das localidades e encontrar carroças puxadas a bois, o arado revolvendo a terra, como nos primeiros tempos da colonização, as pessoas falando o seu dialeto único e incompreensível, as nonas com lenço e avental, enfim, são comunidades herméticas, mantenedoras dos valores e tradições de uma sociedade camponesa.

Há, ainda, resquícios de solidariedade e reciprocidade. Nas diversas crises da agricultura familiar, desde a ocupação do espaço territorial, ocorreram migrações para a encosta inferior do nordeste (Lajeado, Encantado, Nova Brésia, etc) Oeste de Santa Catarina e para a Grande Porto Alegre. Os migrantes dedicaram-se ao comércio.

Os que permaneceram lutaram para fazer uma agricultura de subsistência em solo esgotado. Sem alternativas, com baixa auto-estima em decorrência da queda da renda familiar, a pluriatividade foi a abertura de caminhos para a mudança.

A partir de 1986, inicia o transporte dos interessados em trabalhar à noite nas empresas do grupo Tramontina. A empresa encontrava dificuldades em admitir empregados para o turno da noite, solucionado o problema pela facilidade encontrada nas duas comunidades que queriam manter seus vínculos na colônia e encontravam finalmente uma saída para seus problemas.

Hoje, São Rafael e Cinco Baixo têm doze (12) empregados aposentados que se dedicam exclusivamente à agricultura, favorecidos pela legislação trabalhista que computa os anos trabalhados na agricultura.

Paralelamente à saída dos agricultores à noite para trabalhar na Tramontina, principalmente jovens, a AVIPAL começou a incentivar a construção de aviários; nesta mesma linha, assim procederam o Frigorífico Nicolini e a FRINAL, ambas empresas de Garibaldi.

A poupança das famílias, somada ao salário recebido na empresa, deu início a esta também nova atividade que mudou o perfil sócio-econômico das famílias pluriativas.

Nas duas comunidades foram construídos em torno de 90 aviários, com capacidade média de 16.000 frangos. Este fato aumentou consideravelmente a renda familiar, aproveitando o excedente de mão-de-obra dos filhos dos agricultores que à noite trabalham e durante o dia auxiliam em todas as atividades agrícolas, já que o trabalho na indústria é das 17horas às 2horas da madrugada. Conseguem, portanto, descansar e trabalhar em casa.

5.7 Cronologia dos Sistemas de Produção

O depoimento de uma agricultora de 80 anos, pertencente a uma família de 13 irmãos, criando 12 filhos e que sempre trabalhou na roça, ilustra o argumento apresentado:

[...] A única coisa que dava dinheiro para o colono era a banha. (Adelina Benelli Bergonsi, Cinco Baixo).

Posteriormente, foi introduzida a videira com as variedades Malvasia e Isabel, e todos viram a oportunidade de redenção econômica. O meio favorecia, e proliferaram as plantações, inclusive o plantio pelas empresas vitivinícolas. Durante os meses de colheita, dois caminhões adquiridos pelos agricultores, transportavam a safra até as cantinas de Garibaldi. O líder comunitário, Adelino Belleboni, de 53 anos de idade, foi um deles e relata a realidade da época.

[...] Há 25 anos atrás, era só parreira que eu levava para Garibaldi, para as vinícolas. Depois a falta de pagamento desestimulou a continuidade e os colonos cortaram as parreiras.

Novas alternativas foram buscadas na comunidade, cada vez mais empobrecida, mas que não aceitava apaticamente a situação. O capital social com fortes elos de solidariedade e apego à família, heranças mantidas pela imigração, reverteram o quadro e lá mesmo procuravam saídas.

Percebe-se esta assertiva nas declarações abaixo:

[...] Os filhos são muito ligados aos pais. Há um forte espírito de união entre as famílias. As famílias são ligadas a comunidade e ninguém quer sair. Aqueles poucos que saíram, voltam no fim de semana. (Teresinha Belleboni, 52 anos).

O departamento de Pessoal da empresa, através de seu diretor, Sr. Darci Cauduro, sensibilizou as duas comunidades, servindo-se do “bodegueiro”, pessoa influente para recrutar os colonos, como ilustra o texto:

[...] O Diretor de Departamento de Pessoal me falou pra arrumar interessados em trabalhar de dia e de noite e eu fui falando com o pessoal. (Alcides Benelli, 75 anos)

Paralelamente à saída dos agricultores:

[...] A agricultura para quem depende das plantações, eu acho que é difícil, o cara depende do tempo, de doenças, se é um cara que cria porco, frango para outra empresa é bom. Agora, para quem depende só da roça, aí fica difícil! Na fábrica, todo mês tem aquele dinheirinho.

[...] Na roça tem épocas que dá bem, mas tem épocas que dá seca. A questão é da segurança de ter um dinheirinho fixo. (Tercílio Gusatto, 32 anos, 13 anos de Tramontina).

5.8 Mudança Comportamental nas Comunidades

Com a agricultura que gerava renda apenas para a manutenção familiar, o empobrecimento fabricou uma arquitetura camponesa insalubre, descaracterizada e decadente. Não havia investimentos em reformas e muito menos em construções. A partir da pluriatividade o cenário se transfigura. As casas antigas dos pioneiros foram demolidas e substituídas por modernas edificações que alteraram e completaram a paisagem visual porque copiaram “as casas da cidade”.

Culturalmente este é um fato negativo tendo em vista que as comunidades poderiam manter seus sítios arquitetônicos, dotando-os de conforto. Contudo, o impacto da modernidade fez desabar prédios de uma riqueza expressiva, substituídos por moderna arquitetura.

O estigma de colono aflora bem como sua vulnerabilidade ao que é imposto de fora do meio.

Mudaram também os hábitos de vestir, a mulher pôde comprar os seus caprichos, como é descrito abaixo.

[...] Mudou pela Tramontina, 90%. Você sabe que no final do mês tu ganha, e também tu pode comprar em prestação porque sabe que ganha o dinheiro e a coisa fica mais ágil, né! A gente vai na loja e se diz que trabalha na Tramontina, eles nem pedem documento! (Ivete Gusatto, 34 anos).

Os agricultores pluriativos mantêm o sonho de permanecer na colônia e investir na propriedade. Eles entendem que, com a evolução tecnológica, com o nível de instrução que possuem, não poderão galgar posições de ascensão na empresa.

[...] Eu tô criando 150 suínos para a FRANGOSUL e agora vô aumentar para 350. A minha mulher cuida trabalhando 2 horas por dia. Tudo o que eu ganho na Tramontina invisto na agricultura. Com o meu estudo eu sei que não posso subir mais, e não gosto de estudar!” (Darci Perazzoli, 28 anos).

A empresa Tramontina sempre primou pela qualificação do seu pessoal. Este espírito de iniciativa e liderança passou a ser exercido em casa e na comunidade, assim como a sociabilidade, resumida assim:

[...] Eu acho que na Tramontina mudou para melhor. O cara, na fábrica, aprende a dar valor ao outro. Na colônia um quer mandar mais que o outro. Na fábrica a gente respeita as regras. Ter respeito! (Cláudio Zarpelon, 30 anos).

[...] Hoje a gente tem idéias novas. O cara que trabalha na fábrica, na Tramontina, olha, lá é uma escola! (Cláudio Zarpelon, 30 anos).

[...] Aqui a gente ganha bastante treinamento, até de primeiros socorros. Antes de entrar na Tramontina sentia até vergonha. Hoje a gente aprendeu a lidar com as pessoas! (Ivete Gusatto, 34 anos).

O apego ao trabalho, a vontade de vencer, a dedicação, a disciplina - valores herdados da família camponesa - influenciaram na rentabilidade do trabalho na empresa. Os primeiros funcionários de 1986 foram abrindo as portas para os familiares e, atualmente, há casos de até 8 pessoas de uma mesma família prestarem serviço à empresa e trabalharem também na colônia.

Em todas as entrevistas os fatos colidem com a realidade descrita.

[...] Eles olham o trabalho que a gente faz. Aí a gente dá o nome do irmão ou da irmã e eles favorecem. Mas dependendo do nosso desempenho! (Jandir Gusatto, 38 anos).

[...] Primeiro começou uma irmã minha. Depois eu e depois os outros meus irmãos. (Cláudio Zarpelon, 30 anos).

5.6 A Consolidação da Pluriatividade

Nesta caminhada, pode-se afirmar que a unidade familiar de produção está em fase de consolidação, com estratégias de reprodução social claras e seguras.

As comunidades de São Rafael e Cinco Baixo, que até os anos 80 viviam sem diferenciação social, sofreram mutações no âmago de suas famílias.

Hoje, lá existem colonos operários, colonos ferreiros, marceneiros, motoristas de caminhão, pedreiros, carpinteiros, enfim, colonos consolidados, em transição e de subsistência.

Tem uma forte infra-estrutura de comércio, serviços e lazer.

Quanto às atividades econômicas emergentes nas comunidades destaca-se a acacicultura definida no livro *Agricultura Familiar e Industrialização*, do professor Sérgio Schneider como a cultura do abandono, ou seja, o agricultor planta, cuida um ano e depois esquece para, passados 6 anos, fazer o corte e obter uma nova receita.

[...] Outra alternativa destas comunidades é a acácia que voltou a ser plantada em grande escala porque é uma poupança. Não precisa muito trabalho. O valor da casca verde é de R\$ 120,00 para cada 1.000kg. A lenha é vendida no mato a R\$ 25,00 ao metro. O colono não bota a mão em nada. (Adelino Beleboni, 52 anos, agricultor e líder comunitário).

Os aviários, que surgiram paralelamente à pluriatividade, constituem a entrada mensal de uma renda constante e significativa. Eis alguns exemplos:

[...] Quanto aos aviários, somada a metragem dos mesmos em linha reta, dá 5.400m de extensão com aproximadamente 520.000 frangos, saindo a cada 50 dias. Quem tem 30.000 aves ganha R\$ 6.000,00 a cada 50 dias. (Adelino Beleboni, 52 anos).

Vivenciando o perfil atual das famílias rurais destas localidades, conclui-se que o desenvolvimento local atinge o principal objetivo que é a qualidade de vida e o alto nível de satisfação, o resgate da cidadania e da auto-estima, conjunto este revitalizador da esperança e da viabilização da agricultura familiar.

5.10 A Pluratividade na Visão do Grupo Tramontina

A empresa cita inúmeras vantagens dos colonos pluriativos. Os depoimentos de Lúcia Fiorot Noal e Clarisa Turcatti Trombini, do Departamento de Recursos Humanos, são convincentes:

[...] Eles não são absenteístas, são extremamente cooperativos e solidários. São menos receptivos ao confronto capital X trabalho, pois o mundo rural se comparado com o meio urbano propicia relações menos conturbadas.

[...] Com os conhecimentos que adquirem fora da propriedade, têm condições de contribuir para modernizar tecnologicamente a propriedade. Terá inclusive a satisfação de auxiliar a seus familiares que permaneceram na propriedade com sua colaboração financeira.

Questionadas sobre a inserção do colono pluriativo no mercado de trabalho cada vez mais qualificado e em constante aperfeiçoamento tecnológico, com relação ao baixo grau de escolaridade, a resposta foi:

[...] Antigamente olhava-se o porte físico, a seriedade da família trabalhadora e de bons costumes. Bastava escolarização mínima. Agora exige o 2º grau até para o meio rural. Os que não têm a escolaridade pretendida, estudam nos diferentes turnos patrocinado pela empresa.

Também são feitos treinamentos informativos e operacionais.

[...] Uma vez predominava a força física. Hoje predomina a inteligência e a educação. Uma vez, o chefe ou supervisor era quem gritava mais alto. Hoje para liderar uma equipe é necessária uma formação e cursos especializados para tal mister, não se distinguindo se é do meio rural ou da área urbana.

Quando indagados sobre a importância do trabalho da terra e produção de alimentos assim se pronunciaram:

[...] Somos da opinião que a agricultura familiar existente nesta nossa região é vital para o progresso e bem-estar das comunidades urbanas e rurais. Dá mais independência e liberdade para a pessoa. Conserva-lhe a naturalidade, a simplicidade e originalidade e, o que é mais importante, as pessoas podem contar com alimentação sadia que daí provém.

Sobre o papel da família, já que entre os critérios de seleção em várias décadas foi a sua origem, afirmaram:

[...] Historicamente um pai abre espaço para um filho. Com o tempo, a disciplina e o trabalho 'vai' trazendo mais elementos da família.

[...] O papel da família continua fundamental no contexto econômico e profissional da região. Seu desbaratamento é o começo da degradação social em todos os aspectos.

CONCLUSÃO

O atual desenvolvimento da encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul é um desafio à imaginação dos pesquisadores e historiadores que tentam reconstruir o cenário dos primeiros tempos da colonização.

Quem percorre o território desses núcleos coloniais não consegue imaginar que essa rica região agrícola, comercial e industrial era há 126 anos uma mata intransponível, totalmente isolada do estado e do país.

Essa saga foi estudada, pesquisada e teve visibilidade para o mundo a partir de 1975 quando do centenário da imigração. A história destes anônimos pioneiros que derrubaram as florestas, que fixaram-se nos lotes e núcleos coloniais, que cobriram os montes e vales com trigais e parreirais, tão somente com a força dos próprios braços, destaca-se na construção da história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A imigração italiana foi um sucesso. Conjuntamente com a imigração alemã foi o maior exemplo de reforma agrária do século XIX, num Estado de resquícios medievais quanto à posse da terra (sesmarias, latifúndio), estrutura essa que se mantém irretocável até os nossos dias.

O grande fascínio da epopéia foi a transposição dessa cultura em todos os espaços disponíveis dentro e fora do estado.

Muitos abandonaram o estatuto do colonato, imposto pelas circunstâncias, para dedicar-se a outros ofícios, contribuindo decisivamente em todos os segmentos da sociedade.

Os imigrantes italianos enfrentaram o drama da imigração que iniciou numa terra mãe madrastra e se alastrou nas novas terras, numa longa, penosa e interminável jornada, marcada pela perplexidade entre uma histórica Itália e uma floresta atemorizante.

No país, o debate político, no período de chegada dos imigrantes, era a abolição da escravidão. Para os colonos imigrantes, cujo sonho centrava-se na propriedade de um pedaço de terra, foi uma desilusão substituir a mão-de-obra escrava.

Irmanados na solidariedade, no trabalho, na fé e na ajuda mútua e tendo a família como expoente máximo, construíram uma sociedade igualitária. Aquilo que nas miseráveis aldeias italianas lhes tinha sido renegado, foi edificado na nova pátria.

Num contexto distante dos centros urbanos, sem estradas e comunicação, as famílias imigrantes se consolidaram ao redor da Capela, espaço de sociabilidade, de poder, de aglutinação, de religiosidade, de intercâmbio comercial, de prestação de serviços, fermento das futuras vilas e cidades.

A grande maioria era analfabeta mas os saberes eram múltiplos. De início, desprezavam a escola uma vez que a prioridade era estruturar o lote colonial. Os dialetos foram mantidos, as famílias começaram a crescer, pois era preciso braços para revolver a terra.

A mula, o cavalo e a carreta começaram a transportar os frutos do trabalho, ampliavam-se as sinuosas estradas, veio a ferrovia e os núcleos, outrora isolados, começam a se interligar.

Surgiram os comerciantes, dinamizadores e promotores do crescimento da colônia. Detinham o poder político e econômico do espaço territorial circunscrito e foram o embrião da incipiente indústria artesanal e agroindústria.

Os colonos, os comerciantes, os carreteiros, as estradas, a ferrovia, os portos e os centros urbanos regionais têm muito a dizer para o sucesso dos assentamentos coloniais. Por um longo período a terra foi fértil. As sucessivas queimadas, a redução do período de pousio e o conseqüente empobrecimento do solo esgotaram o lote colonial. As migrações internas, com destino a novas fronteiras agrícolas, foi a estratégia para a reprodução da unidade familiar de produção.

A família era indissolúvel alicerçada num patriarcado forte e inquestionável. Na divisão do trabalho, as tarefas mais penosas cabiam aos homens, entretanto, as mulheres labutavam na roça, no cuidado com os animais, na educação dos filhos, na alimentação, na

limpeza da casa e arredores, na confecção do vestuário, tendo, por conseguinte, dupla jornada de trabalho.

Com a crescente e diversificada produção agrícola, o movimento cooperativista, na década de 10, explodiu na região. O cooperativista de origem italiana, Giuseppe Stéfano Paternó, contratado pelo governo do estado, difundiu a proposta de organização dos colonos. Nas linhas, distritos e cidades, as cooperativas proliferaram. Infelizmente, o movimento foi abortado por ter nascido de cima para baixo e pelo boicote dos comerciantes já consolidados e experientes.

Os colonos artesãos, que tiveram sua escola nas linhas e na sede dos distritos, deflagraram um processo de crescimento e de expansão, como é o caso de Valentin Tramontina, fundador do Grupo Tramontina em Carlos Barbosa no ano de 1911.

A instalação de cantinas vinícolas inaugura a fase da moderna industrialização do vinho e do champanhe. As refinarias de banha e a fabricação de embutidos monetarizam a colônia. O trigo revitaliza os moinhos coloniais e a região, por décadas, é a maior produtora do cereal no estado, perdendo essa condição nos anos 50, quando a cultura se instala nas médias e grandes propriedades. O setor cervejeiro do estado e da região necessitava de cevada para a maltaria. A região, mais uma vez inova, produzindo o cereal em grande escala. O fabrico do queijo era uma tradição nos núcleos coloniais. A sua industrialização criou agroindústrias, como a Cooperativa Santa Clara de Carlos Barbosa

A primeira guerra mundial, bem como a segunda, fortaleceram e dinamizaram a economia regional, e a poupança oriunda da agricultura transferiu-se para o comércio e a indústria. As restrições às importações e a gradativa urbanização das cidades brasileiras estimulou a economia regional como um todo. É o período da afirmação e da especialização da agricultura e da indústria. O empreendedorismo latente ganha espaço para expandir fronteiras.

No início dos anos 60 a agricultura colonial sofreu um processo de diferenciação social. A revolução verde, importada dos Estados Unidos, induziu à mecanização e quimificação da agricultura. A pesquisa, a extensão rural e o crédito agrícola foram ferramentas para fomentar a proposta. Através dos denominados “pacotes agrícolas” delinear-se as rotinas e os procedimentos para a implementação das práticas inovadoras.

Os agricultores mais capitalizados foram a vanguarda e precursores das integrações avícolas que estavam surgindo na região. Nessa fase, em que a cidade invade o campo, com seus hábitos, valores, infra-estrutura e tecnologias, o modo de vida do colono e da sua família se transfigura. O individualismo e a competição se exacerbam. Os meios de comunicação, com sua cultura de urbe, aviltam o sentimento do colono, com seu sotaque e a baixa escolaridade.

Os jovens começaram a migrar para as cidades onde a indústria, o comércio e os serviços absorviam a mão-de-obra. Reduziu-se a taxa de natalidade. Era a unidade familiar de produção readequando-se a mais uma crise.

Os colonos que curvaram suas colunas no estafante labor agrícola passaram a receber sua aposentadoria, após décadas de muita luta. Foi o justo reconhecimento, embora tardio.

A arquitetura camponesa peculiar, introduzida na região, foi devastada, alterando a fotografia das propriedades e comunidades rurais. A monetarização se estabeleceu nas transações mercantis, e o colono é um simples elo da cadeia produtiva.

A agricultura brasileira como um todo sofreu um grande impacto com a crise do petróleo e o endividamento do país no final dos anos 70. Produtos agrícolas eram exportados para equilibrar a balança de pagamentos, pois a diretriz foi a de industrializar e montar estrutura básica para o desenvolvimento do país.

Com o escasso crédito agrícola e a pesquisa voltada à grande lavoura, a extensão rural ficou esvaziada. A redemocratização do país provocou a turbulência dos movimentos sociais que foram castrados durante o período da ditadura militar. Os deserdados do campo migraram para as cidades, ocorrendo a favelização das periferias.

A partir dos anos 80, a diferenciação social no campo se acentuou, os colonos capitalizados e em transição aderiram à integração e aos complexos agroindustriais. Os demais extratos de colonos – os de subsistência, periféricos, de tempo parcial – começaram a buscar na pluriatividade a alternativa para permanecer na colônia. As rendas não agrícolas passaram a inserir-se no orçamento familiar. O processo de industrialização difusa se alastra nas comunidades rurais e os colonos, detentores de múltiplos saberes e de uma imensa capacidade em adequar-se a novas situações, encontram na pluriatividade a saída para a crise.

O novo mundo rural se instala nos núcleos coloniais com boas estradas, telefonia, salões comunitários e serviços. Inaugura-se a fase do colono caminhoneiro, carpinteiro, pedreiro e operário. Nas áreas outrora ocupadas pelo trigo, pelo milho e pelo feijão, nas encostas íngremes, hoje, predominam a acácia, o eucalipto e a fruticultura.

A redução da mão-de-obra familiar ensejou um novo desenho no lote colonial.

A parte final desta monografia contempla a trajetória do colono artesão Valentin Tramontina, fundador do grupo que leva seu nome, de 1911 até os dias de hoje. Inclui também, o Projeto Cultural Caminhos de Pedra, São Pedro – Bento Gonçalves (RS). Com o surgimento da ferrovia Porto Alegre – Caxias do Sul, em 1910, as belezas da serra, a gastronomia e o vinho passaram a seduzir os veranistas. O bucólico mundo dos colonos cativava pela simplicidade, pela arquitetura e pela natureza. Formou-se na região uma rede hoteleira e uma gastronomia diferenciada, tendo o vinho e o champanhe como principal atrativo. Na gênese da tradição do turismo estava uma agroindústria diversificada e de rara qualidade, sem similar no país, encontrando no mercado interno e externo um desaguadouro permanente dos produtos. O setor sofreu abalos a partir dos anos 70, quando os turistas começam a veranejar na praia.

O processo embrionário gerado a partir do êxito do Projeto Cultural Caminhos de Pedra se dissemina no estado e no país.

Nos depoimentos dos diversos atores envolvidos com a pluriatividade constatou-se que a agricultura familiar é uma atividade do conjunto familiar, por mais que alguns de seus membros não estejam realizando trabalhos específicos com a terra.

A vida do colono deve ser entendida como uma totalidade que se hierarquiza, que se fragmenta, que se complementa e que se ramifica.

O sistema de valores alimentado pela tradição, o estilo de vida, as particularidades do grupo doméstico e as relações sociais em termos de espaço conjugam-se em favor da estabilidade, manutenção e redefinição do sistema econômico tradicional. Apesar de todos os obstáculos, a agricultura familiar sobrevive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ANAIS II CONGRESSO INTERNACIONAL, 2000, Santa Maria. **II Congresso Internacional Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2000.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1982.
- BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos**. Vida, história, cantos, comidas e estórias. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1982.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Dois Itálias**. Porto Alegre: Est. Edições, 2000.
- BORBA, Sheila Villanova. **Impacto urbano das transformações da economia industrial na Região Nordeste do Rio Grande do Sul**. 1999.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **Raízes italianas do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- CARLOTTO, Ampélio; GALIOTO, Pe. Antônio. **O cooperativismo riograndense – a história da Cooperativa Santa Clara**. Carlos Barbosa: Pró-Jornal Editora Ltda.
- CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Elyo Caetano. **As**

- colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu.** 2.ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1999.
- DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** 2.ed. Caxias do Sul: EST/UCS/Vozes, 1982.
- FAUTH, Adonis Valdir. **A imigração suíço-valesana no Rio Grande do Sul.** I vol. Carlos Barbosa: Associação Valesana do Brasil, 2000.
- GUERRA, Diogo. **Crônicas de uma vida nem tão anunciada.** Caxias do Sul: 1991.
- MAFFASIOLI, Davir; ACCORSI, Liana Guerra; CHIES, Verealdo. **Compêndio de Geografia de Carlos Barbosa.** Carlos Barbosa: Contexto, 1993.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul.** Implicações econômicas, políticas e culturais. 2.ed. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- MIGOT, Aldo F. **História de Carlos Barbosa.** 1.ed. Carlos Barbosa: Prefeitura Municipal, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização.** Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 1.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SCOMAZZON, Ruy J. **A história da Tramontina e suas origens.** Carlos Barbosa: 2001. Boletim Interno.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco. Raça e nacionalidade do pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SULIANI, Antônio. **Etnias & Carisma.** 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- TEDESCO, João Carlos. **Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos.** 1.ed. Porto Alegre: Est. Edições, 2001.
- VILLA, Deliso. **História esquecida.** 1.ed. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2000.

ANEXOS

ONDE MORAM AS PESSOAS QUE TRABALHAM EM TRAMONTINA

Ruy J. Scomazzon

(Diretor Conselheiro do Grupo Tramontina e um dos responsáveis pela pujança da empresa)

Histórico das Mudanças

A partir do ano de 1964, diretores e funcionários de Tramontina, passaram a viajar para a Europa com regularidade, visitando a Região do Vêneto, na Itália onde se localizam fabricantes de produtos similares e também fabricantes de máquinas que interessavam ao Grupo.

Ao fazerem comparações entre a Região do Vêneto e a Região Colonial Italiana no Brasil, chamava a atenção dos visitantes, o fato dos italianos usarem ou o trem ou o automóvel para se dirigirem ao trabalho. Os trabalhadores preferiam continuar morando na zona rural. Eles não se mudavam, como estava acontecendo em Carlos Barbosa, Garibaldi e Farroupilha, para morar na mesma cidade onde estava a fábrica.

Na troca de opiniões que o pessoal de Tramontina fazia ao regressar das viagens, havia coincidência em antever, para a região colonial italiana, um futuro semelhante àquele que acontecia na Itália. E a evolução aconteceu exatamente na direção prevista.

Historiando fatos testemunhados por quem acompanhou o crescimento da Tramontina desde 1949, quando tinha 20 empregados para a estrutura atual, quando emprega quase 4 mil pessoas nos três municípios, é possível destacar, na evolução, as seguintes etapas:

1ª etapa – Para sua expansão, Tramontina começou empregando aquelas pessoas que moravam na cidade. Em 1949, em Carlos Barbosa não havia bairros, não havia calçamento nem na cidade e nem nas estradas do interior, não havia escolas de segundo grau, não havia água encanada e o suprimento de energia era precário. Empregar pessoas que já moravam na cidade, era a única alternativa.

2ª etapa – O rápido crescimento da Tramontina começou a atrair o excedente populacional da região colonial. Os candidatos a emprego, mesmo que morassem em um raio de 5 a 10 quilômetros tinham que se mudar para a cidade porque não havia serviço público de transporte; as estradas continuavam ruins e o automóvel era um luxo impensável. Em decorrência, em Carlos Barbosa e nas outras cidades da região que passavam pelo mesmo

processo de crescimento, começaram a formar-se bairros. Os empregados moravam nos bairros e iam para o trabalho usando bicicletas.

3ª etapa – A etapa que estamos vivendo agora é decorrente da melhoria das estradas que ligam a sede do município com o interior. E decorrente também da existência de escolas de segundo grau na cidade, da eletrificação e distribuição de água tratada para todo o interior do município. E, ao mesmo tempo, decorre do encarecimento de terrenos e construções no perímetro urbano da cidade. Hoje, ficou fácil comprar um automóvel e usá-lo para transportar várias pessoas que venham trabalhar na cidade e que continuem morando no interior do município.

As famílias, mesmo aquelas da zona rural, estão se tornando menos numerosas. O terreno pode abrigar novas construções de um ou dois filhos que decidam trabalhar nas fábricas. E mais: nos fins de semana, nos feriados, nas férias, esses trabalhadores de fábricas estarão na sua propriedade para trabalhar a área que pertence à família.

Situação Atual

A situação atual, na região colonial italiana localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, aproxima-se daquela existente em pequenas cidades da região italiana do Vêneto.

Nas cidades, nota-se a existência de indústrias cada vez mais especializadas e com um número cada vez maior de trabalhadores oriundos da zona rural. Trabalhando nas fábricas da cidade mas morando onde sempre moraram, em pequenas comunidades do interior. Essas pessoas mantêm culturas e valores e encontram uma maneira de viver melhor, isto com mais tranquilidade e mais conforto.

Além daquilo que recebem como salário, como assistência médica e proteção previdenciária, os trabalhadores têm sua renda familiar aumentada porque eles continuam fazendo aquilo que também sabem fazer: plantar e criar animais.

ITALIANO – O HOMEM DA PLURIATIVIDADE

Prof. Frei Rovílio Costa

(Historiador, editor e pioneiro na pesquisa e estudo da imigração italiana no Rio Grande do Sul)

Não há nada que não sirva para nada. Não há ninguém que não possa fazer alguma coisa. Esta é a visão do ser e do fazer italiano.

Quando um ancião diz: “não me resta senão passar ao mundo de lá, porque aqui só estorvo, não consigo fazer mais nada”, a resposta dos familiares é esta: “agora o senhor ou a senhora tem todo o tempo disponível para rezar por nós”.

Vida, fé e trabalho andam juntos na filosofia de vida do italiano, por isto cada um está dentro dos desígnios e planos de Deus, seja quando tem saúde, seja quando está doente e/ou incapaz para as atividades ordinárias de sustentação.

Uma vida de pobreza, com alternâncias de miséria, era o dia-a-dia do italiano em situação de emigrar para não perecer de fome no próprio país, ou na afirmativa de muitos, sair da Itália, porque em qualquer parte do mundo não seria pior do que no próprio país.

O jogar no escuro caracterizou a emigração italiana, por isso emigravam depois de vendidas as coisas que tinham, ou passadas aos familiares, para nunca mais voltar. Era uma passagem somente de ida. Nenhum emigrante, a não ser os poucos artesãos, comerciantes e profissionais liberais que se aproveitavam da emigração para enriquecer no exterior, levava consigo o sonho do regresso.

É comum entre os descendentes de primeiras gerações a afirmativa: “Os pais nunca falavam da vida na Itália, não contavam nada, a gente dificilmente ia descobrindo alguma coisa”. Entende-se esta atitude como uma autodefesa, diante do mundo de frustração econômica e social que deixaram. As coisas negativas geralmente não se comunicam.

Objetos, instrumentos, utensílios, roupas... tudo era escasso e insuficiente. Então a filosofia de vida era dar nova finalidade àquilo que deixava de servir à finalidade original. Uma panela furada poderia ser soldada, daí a profissão dos *Stagninig* (soldadores). Um urinol furado servia para vaso de flores, com a vantagem de o externo esmaltado conservar a beleza e o brilho das cores originais. A ferrugem da base não impediria o uso como vaso de flores, ou medida de cereais.

As roupas que não serviam mais para o filho crescido, aguardavam, no baú, a chegada de um novo filho, ou se este não viesse mais, seria destinada a algum neto, ou a algum amigo, parente ou necessitado.

Na alimentação, também, nada era jogado fora. Antes de começar o preparo de uma refeição, deve-se ver o que sobrou da refeição anterior, para aproveitar adequadamente. Não se joga fora nada, nem as sobras, cascas e lavagens, pois os porcos ou as galinhas as aguardavam.

A terra, a moradia, as plantações, a comida, a bebida, os produtos... tudo é graça de Deus, que manda o sol e a chuva segundo as necessidades de cada um, e segundo seu comportamento ético, social e religioso. Por isto nunca se abusa das graças de Deus, como eram denominados os alimentos, os produtos, especialmente o pão, do qual nenhuma migalha poderia ser perdida, dada a sua preciosidade, raridade e simbolismo sagrado, como matéria da Eucaristia.

É a grande visão holística do italiano pobre, que foi fazendo em parte a realidade brasileira, como a realidade de qualquer país do mundo, a partir da fé solidária, do trabalho ordenado e organizado, do aproveitamento dos bens da natureza e de produção, sem qualquer abuso ou desperdício.

Do uso econômico e racional das coisas, da falta de dinheiro para pagar mão-de-obra especializada, o italiano foi construindo suas casas, galpões, cercados, objetos e utensílios a partir da aprendizagem e da criatividade empíricas. Cada um ensinava o que sabia a quem desejava aprender ou fazer aquilo que sabia fazer. No passar da arte de fazer de um para o outro, surgiram formas novas, expressões mais ou menos artísticas, o que acontecia também nas orações e cantos ensinados oralmente, que iam recebendo acréscimos segundo as necessidades de pessoas, famílias ou grupos de expressarem sua fé, sentimentos e arte.

A falta de instrumentos não era o grande problema. Todos sabiam quem tinha um instrumento para determinada finalidade e, quando precisassem iriam pedir de empréstimo. Na década de 1930, por exemplo, na Linha Marquês do Erval, em Veranópolis, o Sr. Adriano Bernardi adquiriu uma centrífuga para extrair mel, bem como prensas para iniciar alvéolos. Toda a vizinhança foi se servindo dessa centrífuga e dessas prensas. Assim se desenvolveu, na localidade, a criação de abelhas e a extração do mel de forma mais racional e aceitável no comércio.

Depois de gasta uma vassoura, o cabo passaria à nova vassoura. Uma cesta que não mais servia para levar cereais, servia de ninho de galinha. Até cabos de guarda-chuva serviam para fabricar pequenas espingardas para brinquedo e caça.

Ter um metro, um formão, uma torquês, um martelo, um machadinho, uma foice, um machado, um gadanho, uma plaina, um serrote manual e um serrote grande para duas pessoas, um malho, uma maça de ferro, uma maça de madeira, uma mó de pedra, uma verruma, um monjolo, um pilão... todos estes meios ou parte deles propiciavam condições de fabricar em casa instrumentos, utensílios, móveis necessários, assim como a carroça, o arado e os cargueiros eram indispensáveis para as diferentes atividades da vida colonial.

Diante dos diferentes desafios da realidade, o italiano criava respostas a partir de seus conhecimentos, ou da imitação das habilidades de seus amigos e vizinhos. A escola do fazer era a comunidade. A escola do ler, escrever e contar era a do professor, necessária esta para trocas, compras e vendas e para ler o catecismo, o livro de missa, a Bíblia e o Staffetta Riograndense. As aprendizagens profissionais e artesanais passavam de pai para filho e da família do artista aos amigos e vizinhos.

A primeira atividade incomum ao imigrante recém-chegado foi a derrubada da mata, especialmente de pinheiros de copa e outros para fazer tábuas, tabuinhas para telhado, aduelas para pipas, dornas, etc. Conhecer a trama celular do pinheiro era o primeiro conhecimento necessário para serrar, esquartejar, de sorte que tábuas e tabuinhas não rachassem ou vergassem expostas ao sol, inviabilizando paredes e telhados.

O trabalho com madeira e rudimentos de carpintaria e marcenaria eram conhecimentos que todos buscavam, dada a necessidade de construir as próprias casas, paióis, galinheiros, chiqueiros, cercados, carroças, trenós. Era o fluir de conhecimentos e técnicas de um para o outro, que fez surgir artesãos e técnicos em diferentes áreas.

Preparar alavancas manuais de madeira resistente era o necessário, junto com um bom martelo, para espichar uma cerca de arame farpado, muitas vezes aproveitando as árvores que ocorriam na direção da cerca para substituir, com vantagem, os palanques, já que estes apodrecem após algum tempo.

Logo que se formou a consciência da necessidade de não desperdiçar madeiras, especialmente o pinheiro, por sua multiutilidade, alguns foram plantando pinhos ao curso dos cercados, para, no futuro, os pinheiros substituírem os palanques.

Um ferro incandescente na morsa familiar foi um instrumento usado pelos primeiros encanadores de água, para perfurar nós de taquaras e levar água até a casa, sem custos de encanamento. É a necessidade comandando o utensílio a fazer.

Conservar carnes *in natura* levou o imigrante a fazer caixas de tábuas, quadriláteros, com tampa para por as carnes sob salga para conservá-las a longo tempo.

Peixes, sob a forma de peixe-seco, salgados à moda de bacalhau, secados ao sol e guardados depois em caixas ou barrigas, eis outro modo inventado para ter um bom acompanhamento (*companàdego*) à polenta nas diferentes refeições.

Acompanhar o nascer, o percurso e o pôr-do-sol era a maneira de seguir os próprios conhecimentos e princípios de saúde e resultados de plantações, no estabelecer casas e fazer plantações. O posterno era evitado para uma e outra atividade. “Onde entra o sol não entra o médico” era a norma, provérbio sagrado em se tratando de saúde. Mas para saber por onde entra o sol, precisa observar seu curso. Erguiam, então, uma vara ou estaca para observar o percurso do sol e, escolher o local da casa a ser construída, ou da plantação a ser iniciada.

A casa também tem que ser protegida do acesso de animais, especialmente suínos e bovinos, razão porque as imediações das residências foram sendo isoladas por cercado de pedras em forma de trincheira, que denominam de taipa. A técnica das taipas certamente a conheciam na Itália através da agricultura *in grandini* nas encostas e subidas das montanhas. No Estado encontraram as taipas das campanhas, feitas por luso-brasileiros e açorianos especialmente, de cuja imitação resultou a taipa adaptada pelos italianos especialmente para a criação de suínos em campo aberto.

O arroz na culinária italiana é um cereal importante. Arroz de seco ou de água foi logo sendo cultivado, dando origem ao pilão que era usado para o arroz e, em muitos casos, também para farinha de milho, depois de devidamente peneirada. Do pilão ao monjolo foi um passo, sempre dentro de uma mesma filosofia que acompanha o italiano até hoje: incorporar o novo, sem se desfazer ou abandonar o velho, que sempre pode servir para alguém, bem como o princípio de fazer em casa tudo o que é possível, para não gastar o pouco dinheiro, reserva de família. A primeira economia do italiano é não gastar.

Um córrego a ser canalizado em todo ou em parte levaria a água ao monjolo, feito de um tronco de árvore, com uma caixa para receber água numa extremidade e um dispositivo quadrado de lâminas de ferro ou um simples soquete de madeira na outra ponta para, a cada

batida, ir descamisando o arroz, considerado mais saboroso na culinária do que o arroz polido em moinhos próprios, porque o conserva na forma de arroz integral. O *risosuto*, *riso col late*, *late de riso pai bambini* fazia parte da culinária nobre do *contadino*.

Fazer fornos, eis outra arte e atividade que muitos exerciam com naturalidade e repassavam os conhecimentos aos interessados. O mesmo acontecia, com mais facilidade, com a construção dos *fogolari*, fogões primitivos, que exigiam também técnicas próprias. A caixa de madeira, a terra para o enchimento, o tamanho, a posição do *fogolaro* na casa... tudo dependia do número de pessoas na família e dos costumes de ficar ou não ao redor do fogo para os aperitivos de pinhão, batata, pipocas... antes das refeições, para o aquecimento no inverno durante o filó e a reza do terço...

As necessidades foram gerando aprendizagens.

Tramelas de portas, para abrir por dentro e por fora, no tempo em que não havia ladrões, é outro artesanato que assume formas as mais diversas, bem como os cabideiros para colocar chapéus, casacos, guarda-chuvas, bolsas de palha (sporta), cabideiros feitos de galhos de árvore, de tarugos adaptados à parede, ou cabideiros artísticos de diferentes formas, conservando a originalidade do material empregado.

Das formas dos cabideiros, das tramelas, dos palanques, tronqueiras, colunas, caibros, tirantes de carroça, percebe-se que o italiano observava cada árvore e cada arvorezinha de sua propriedade para ver a quantas serventias pode servir. Típico deste observatório foi, com o ingresso do churrasco, a escolha dos espetos de arbustos ou galhos de árvore, que não transmitissem gosto desagradável à carne, que não queimassem facilmente ao calor e tivessem as condições de consistência para um espeto a ser fincado no chão, para uma família ou um grupo servir-se do churrasco numa festa de capela, por exemplo.

Na linha da observação da natureza estava a observação de animais de caça, como tatus, jacus, saracuras, pombos... que eram cevados em seus paradeiros, onde depois colocavam o alçapão, que podia ser para matar a caça ou para apanhá-la viva. Geralmente para apanhá-la viva, para evitar que depois de morta durante a noite as formigas a fossem visitar. Ter caça viva também ajudava a utilização em dia de festa, de visitas ou das famosas passarinhadas.

Descobrir locais de veios d'água, em lugares mais altos das casas para fazer a água chegar em casa por desnível, e para evitar qualquer contaminação, é outra técnica, chamada a

técnica da vara, que era comum ao imigrante. Esta técnica foi a primeira a desenvolver a percepção, que não era comum, mas podia ser exercitada, a tal ponto que os peritos em localizar veios d'água eram e continuam sendo procurados.

No caso de poço, não bastava saber onde havia água, mas a que profundidade estava a água, e a que profundidade também começava a pedra, pois o fundo de pedra era importante para manter limpa a água do poço. Água de poço sem fundo de pedra era considerada água de banhado e não potável. O perito em localização de água devia garantir o possível volume de água do veio localizado, o entorno do veio, bem como a persistência da nascente em épocas de secas. Por isto, antes de abrir um poço, às vezes corria mais de um ano, para se ter certeza do volume de água em cada época do ano.

O filme *albero dei zoccoli* demonstra que o vestir e o calçar dependiam da habilidade de algum familiar. Não precisava que todos soubessem fazer, mas o importante era que o chefe de família soubesse fazer as diferentes atividades, para responder às necessidades familiares. O roubo de um galho de árvore para fazer um par de tamancos para o filho ir à aula no frio de inverno provou a expulsão da família, no caso do *Albero dei Zoccoli*.

Preparar a linha para remendos e costuras era algo que a maioria das mulheres aprendiam a fazer. A molineta, a roca e o fuso eram comum à maior parte das famílias. Já o tear para fazer o tecido era raro, demandava certas posses e especial habilidade.

Enfim, a pobreza e as necessidades de diferentes ordens fizeram do italiano e descendentes o homem da pluriatividade.

Terra e mata, algum instrumento, foi o início do barraco provisório, do esquitejo do pinheiro, da derrubada da mata, da construção da casa, cercados, galpões, instrumentos e plantações.

Um homem de mãos vazias diante de uma gleba de terra coberta de matas, tendo como únicas armas e instrumentos seus sonhos e utopias de moradia e mesa farta rodeada de filhos – é o retrato do imigrante italiano que iniciava sua caminhada no Rio Grande do Sul, a partir de 20 de maio de 1875.

TUDO PELA PROPRIEDADE

Loraine Slomp Giron
(Doutora em História pela
Universidade de São Paulo e Docente
da Universidade de Caxias do Sul).

Para o imigrante, que deixou a Europa pelo Brasil no final do século XIX, o principal anseio era a propriedade da terra. Foi pela terra que deixou a terra natal, foi pela terra que excluiu as mulheres da herança, foi pela terra que trabalhou dobrado em outras atividades para trazer dinheiro a ser aplicado na terra.

Como observa Petrone:

“Um dos principais aspectos desse fenômeno das migrações transoceânicas é justamente a miragem ou possibilidade de acesso à propriedade fundiária. Nas fontes alternativas – cartas, diários e relatos dos emigrantes aparece constantemente o fascínio que o apelo à possibilidade de acesso a terra exerceu sobre os emigrantes”¹.

Para o colono a terra valia mais do que a pátria e a família, era para garantir a posse da terra que trabalhava fora dela. A pequena propriedade não possibilitava o lucro, visto que a produção era vendida, em muitos casos, - e continua sendo – por preço abaixo do custo de produção eram os ganhos fora da terra que garantiam a sobrevivência da propriedade.

O hábito de trabalhar fora da agricultura era hábito antigo trazido com a bagagem cultural do imigrante. Colonos tinham além do cultivo da terra outras habilidades, ofícios e profissões. Alguns eram agricultores e marceneiros, outros trabalhavam a pedra, alguns eram sapateiros, outros oleiros. Tais ofícios devia-se tanto ao treinamento auferido com outros artesãos e assim tornaram-se professores, outros tinham força física, dedicando-se ao corte do mato e ao trabalho da serraria, outros trabalhavam em minas e as estradas de ferro. Trabalhavam três ou quatro meses por ano na terra e oito a nove meses em outros locais. As mulheres e os filhos menores tocavam a agricultura familiar. Os homens procuravam fora dela o dinheiro para as outras necessidades. Tal situação foi constatada por Casarin² na região de Treviso, que observou que os colonos mais engenhosos (aqueles que tinham outras atividades e mais iniciativas) foram os que emigraram, pois só eles tinham dinheiro para as despesas da viagem para a América. Foi o trabalho realizado longe da terra que permitiu sua saída da

¹ PETRONE, Maria T.S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11.

² CASARIN, Francesca. **Treviso: Altreoceano**. Torino: F. Benetton, 1995.

Itália. Os pobres – os mais industriais – conseguiram emigrar enquanto os miseráveis – aqueles que não tinham outros ganhos – ficaram aprisionados na terra natal.

O contato com a revolução industrial ocorrida na Europa foi de grande valia para o colono. O trabalho na fábrica, ainda que temporário, o familiarizou com o novo modo de produzir. Algumas máquinas, fruto da Revolução Industrial, foram trazidas pelos imigrantes. Sabe-se que alguns trouxeram alambiques em sua bagagem, outros equipamentos completos para a relojoaria. Saber como as máquinas eram produzidas era um atalho para a produção de novas ferramentas e artefatos.

Ao chegar na região colonial do Rio Grande do Sul, o imigrante trazia o conhecimento de algumas atividades e as pré-condições para a produção de outras. Eram extremamente engenhosos. A dupla ou tripla atividade dos colonos servia para garantir a propriedade da terra, através do pagamento das dívidas pela sua compra, para pagar os impostos e, ainda, para comprar lotes de terra para os filhos homens, indispensável para a constituição de uma nova família. Os lucros auferidos fora da terra retornavam assim para a terra.

Na tabela que segue é possível verificar a variedade de atividades econômicas existentes nos primeiros tempos de povoamento, havia muitos artesãos destacando-se especialmente os carpinteiros, os moleiros, pedreiros e sapateiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS ANTIGAS COLÔNIAS

Atividades	1879			1883		
	Dona Isabel	Conde D'Eu	Caxias	Dona Isabel	Conde D'Eu	Caxias
Açougues		1	1			4
Alfaiataria	1		5	1		
Barbearia			3			
Carpintaria			18	2		
Comerciantes/Casas de Comércio	10	5	19	11	9	96
Cervejarias			1	2	2	1
Curtumes				1		3
Hotéis				1	1	2
Ferrarias	1		5	3	1	8
Funilarias				1		3
Marcenaria			2	1		3
Moinhos	5	6	36	2	21	9
Olarias		1			1	3
Relojoaria			1			1

Padarias			2		2	8
Pedreiros			20			
Sapatarias	1		8	3	1	8
Serrarias Hidráulicas		1	2		6	

Fonte: Luchese³

As atividades realizadas pelos colonos constam dos Relatórios dos Direitos das colônias, que se queixam que os imigrantes que chegam à região são menos agricultores que artesãos. Na verdade, tais queixas são exageradas pois os artesãos eram agricultores em sua grande maioria, e a maioria dos imigrantes não tinham outra profissão.

Os dados são importantes pois oferecem a situação logo após a chegada dos primeiros imigrantes, iniciada em 1875, o que demonstra que os colonos trouxeram suas profissões e seus ofícios da Europa.

Outra fonte que atesta as variadas atividades dos colonos são os mapas estatísticos das colônias, nos quais, além do nome, idade, procedência dos colonos, constavam a Légua, o travessão e as atividades exercidas pelos colonos, de acordo com esses dados em relação à colônia Caxias⁴ foi possível constatar que 17% dos colonos exerciam mais de uma atividade.

Os relatórios dos cônsules e autoridades italianas que visitavam a região, oferecem dados interessantes sobre as atividades dos habitantes das antigas colônias, em 1905. O relatório de Ancarini, por exemplo, faz detalhada análise sobre a colônia Caxias.

ESTABELECIMENTO	NÚMERO
Fundição com martelo hidráulico	1
Cadeiras de palha	3
Chapéus de palha	4
Louça	1
Vimeiros	3
Tanoeiro	1
Latoeiro	1
Caldeireiro	1
Estátuas Religiosas	1
Ferreiros	6
Cerveja e gasoza	2

³ LUCHESE, Terciane Ângela. **Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias, Alfredo Chaves e Antônio Prado 1875 a 1889**. Dissertação de Mestrado em História, PUCRS, 2001, p. 94.

⁴ GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul: EDUCS, 1977.

Alambiques e destilarias	40
Serrarias	37
Moleiros	37
Total	

Fonte: Ancarini⁵

Outra fonte preciosa para o tema são os relatórios das intendências municipais, onde o progresso do município é apresentado para os governantes do Estado. O relatório do intendente municipal de Antônio Prado de 1913, oferece dados semelhantes àqueles de Caxias, ou seja, o fenômeno de múltiplas atividades dos colonos não é particular a uma colônia, mas comum a todas da região.

INDÚSTRIAS E PROFISSÕES ANTÔNIO PRADO – 1913

TIPO	QUANTIDADE
Alfaiataria	9
Sapatarias	16
Chapelarias	2
Funilarias	4
Ourivesaria	2
Padaria	1
Ferrarias	12
Oficinas	3
Olarias	2
Curtumes	7
Selarias	7
Alambiques	18
Barbaquás	7
Cervejarias	4
Queijarias	2
Serraria Hidráulica	1
Serrarias	4
Cordoaria	1
Salsicharia	1
Moinhos	19
Fábricas de pólvora e foguetes	2
Vimeiro	1
Fábrica de móveis	2
Moinho a vapor	2

Fonte: Barbosa⁶

⁵ ANCARINI, Humberto. A colônia italiana de Caxias. Rio Grande do Sul. Brasil. 1905 IN: DE BONI, L. Alberto. **Itália e Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. p. 27.

⁶ BARBOSA, Pe. Fidélis Dalcin. **Antônio Prado de sua história**. Porto Alegre: EST, 1980, p. 120.

A maior parte das atividades não estavam situadas nas vilas, mas nos lotes rurais, ao longo das picadas que cortavam a região. Os ferreiros tinham suas forjas situadas próximas aos pousos, e estes junto às casas comerciais que ofereciam acomodações para hóspedes, aos quais forneciam também refeições. Foi próximo das casas comerciais que foram erguidas as capelas, dando origem a pequenos povoados, movidos pelas atividades múltiplas dos colonos.

Se essa era a situação nas primeiras décadas do século X, o fato se repete nos dias atuais. As atividades econômicas ligadas à produção da uva e do vinho estão sendo absorvidas nas rotas turísticas do início do século XXI. Hospedarias, restaurantes e parques temáticos vão se somando às cantinas e aos parreirais, nos mesmos locais onde vicejaram outrora as casas comerciais, as ferrarias e os poteiros.

Ao que tudo indica, os colonos que permaneceram em suas terras, vivendo na comunidade ancestral têm mais chances de guardarem sua identidade e cultura. Em estudo realizado entre os colonos desalojados pela construção da Hidroelétrica de Itá⁷ e reassentados na região dos cerrados do Norte de Santa Catarina e do Paraná, esqueceram suas origens e seus antigos costumes. Mudaram sua produção para a soja, que não permite a subsistência da pequena propriedade, não se uniram em cooperativas, nem abriram negócios alternativos.

⁷ PROJETO ICAU, realizado em 1997, coordenado pela Professora Cleodes M. P. J. Ribeiro, ligado ao ECIRS, da Universidade de Caxias do Sul.